



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

Prezados Acionistas,

A Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("AES Eletropaulo" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Perfil

A AES Eletropaulo é uma companhia de capital aberto com ações listadas na BM&FBOVESPA, responsável pelo fornecimento de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país. A Companhia detém uma área de concessão de 4.526 km² com alta densidade demográfica e que concentra o maior PIB do Brasil. Para atender à demanda de 6,7 milhões de unidades consumidoras, a AES Eletropaulo, que conta com 6.152 colaboradores próprios, dispõe de uma estrutura formada por 152 subestações (sendo 140 estações transformadoras de distribuição, oito estações do sistema de distribuição e quatro estações transformadoras subterráneas de distribuição) e uma malha de distribuição e subtransmissão, cabos aéreos e subterráneos, de mais de 42 mil quilômetros, dos quais 1.847 km são linhas de subtransmissão, 2.558 km são redes de distribuição subterráneas e 38.352 km referem-se a redes de distribuição aérea. A Companhia também possui mais de 202 mil transformadores de distribuição aéreos e subterráneos.

Contexto Setorial

O setor elétrico brasileiro é regulado pela ANEEL, tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e conta com a participação das seguintes agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema (ONS), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor. Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente a partir de uma fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão. Essa fórmula considera o repasse dos chamados custos "não gerenciáveis" pela ANEEL (Parcela A - encargos setoriais, custos de compra de energia para revenda e custos de transmissão) e corrige os "custos gerenciáveis" da concessionária (Parcela B - despesas operacionais, remuneração dos ativos e depreciação) pelo IGP-M dos 12 meses anteriores à data-base do seu reajuste, deduzidos de um índice de ganho de produtividade, denominado "Fator X". No caso da AES Eletropaulo, a revisão tarifária ocorre a cada quatro anos, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro estabelecido no contrato de concessão. Dentro os principais pontos que são considerados pela ANEEL na metodologia de revisão tarifária estão a avaliação da base de ativos, as despesas operacionais, as perdas regulatórias, a depreciação repassadas às tarifas e o custo médio de capital (WACC) que, aplicado sobre a base de ativos, determina a remuneração da Companhia. A próxima revisão tarifária ocorrerá em julho de 2015.

Reajuste Tarifário 2014

A ANEEL, em 3 de julho de 2014, aprovou o reajuste tarifário de 2014 da Companhia de 9,06%, composto por reajuste econômico de +12,04% e componente financeiro negativo de 2,99%, aplicado a partir de 4 de julho de 2014, e que descontado o componente financeiro considerado no processo tarifário anterior, resultou em um efeito médio de 18,66% percebido por seus clientes.

O índice de reajuste tarifário aprovado incluiu:

- (i) a amortização dos 37,55% remanescentes do passivo regulatório formado em função da postergação, pela ANEEL, da data de aplicação da Terceira Revisão Tarifária Periódica (3RTP), de 4 de julho de 2011 para 4 de julho de 2012, no montante de R\$ 403 milhões; e
- (ii) a restituição de 50% das parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente, no montante de R\$ 326 milhões.

Reajuste Tarifário		
	Encargos Setoriais	1,61%
	Energia Comprada	6,63%
	Encargos de Transmissão	2,21%
Parcela A	Parcela A	10,45%
Parcela B		1,60%
Reajuste Econômico		12,04%
CVA Total		2,67%
Outros Itens Financeiros da Parcela A		1,73%
Ajuste Financeiro da Revisão Tarifária de 2011		-4,08%
Restituição Ativo		-3,30
Reajuste Total		9,06%
Efeito para o consumidor		18,66%

Restituição de Ativo Possivelmente Inexistente - Decisões da ANEEL sobre o Pedido de Reconsideração e o Processo Específico

A Aneel, em reunião pública da sua Diretoria realizada em 17 de dezembro de 2013, deliberou sobre o processo específico para análise da procedência do cálculo das tarifas praticadas pela Companhia antes da data da sua 3RTP (Processo nº 46500.006159/2012-75 - "Processo Específico"), para eventual desconto e restituição de parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente.

O Processo Específico foi instaurado por determinação da Diretoria da ANEEL em julho de 2012, para que a Superintendência de Regulação Econômica ("SRE") analisasse se seria devido ou não o recálculo das tarifas praticadas pela Companhia, anteriormente à data da sua 3RTP, para eventual desconto e restituição de parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente e, se esse fosse o caso, apurar o período de retroação e seu correspondente valor.

A Diretoria da ANEEL determinou o recálculo das tarifas praticadas pela Companhia no período de julho de 2007 a julho de 2011, representando o valor de R\$ 626 milhões. Esse valor foi corrigido por IGP-M a partir de 1º de dezembro de 2013 até a data de início da sua devolução, em julho de 2014.

Em janeiro de 2014 a Companhia interpôs um mandado de segurança com pedido de liminar, para que a Justiça determinasse a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração fosse julgado pela ANEEL. A liminar foi concedida em favor da Companhia em 29 de janeiro de 2014.

Em julho de 2014, a Diretoria da Aneel manteve a decisão tomada em dezembro de 2013, que decidiu pela devolução das parcelas de remuneração e depreciação associadas ao ativo possivelmente inexistente em até quatro eventos tarifários.

Em agosto de 2014, a Companhia deu início à discussão na esfera judicial para anular os Despachos ANEEL nº 4.259/2013 e nº 2.176/2014. Adicionalmente, a Companhia ingressou com pedido de liminar para suspender o componente financeiro negativo incluído na tarifa da Companhia em julho de 2014 até a decisão final da ação judicial.

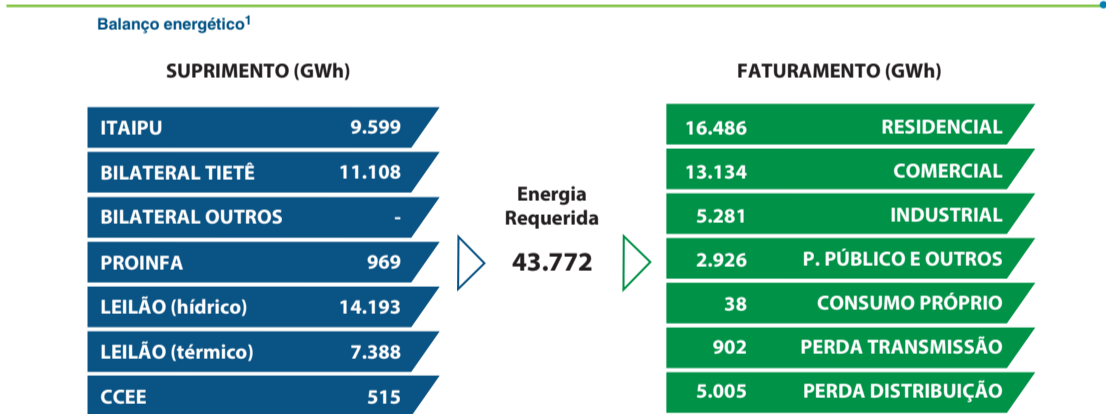
A liminar foi indeferida em 1ª instância e, em 02 de setembro de 2014, a Companhia ingressou com recurso de Agravo de Instrumento na 2ª instância, e obteve a decisão liminar que determinou à Aneel o recálculo das tarifas excluindo o componente financeiro negativo até o julgamento do mérito do recurso. Em outubro de 2014, o Desembargador Relator suspendeu o cumprimento da liminar até o julgamento do mérito do recurso de Agravo de Instrumento. Na ocasião o Desembargador Relator votou favoravelmente à Companhia pela manutenção da liminar, mas um dos Desembargadores Revisores requereu um prazo adicional para analisar os argumentos de ambas as partes, suspendendo temporariamente o julgamento.

Em dezembro, o Desembargador Relator determinou à Aneel a republicação das tarifas da Companhia, excluindo o componente financeiro de 3,3%, correspondente a 50% do valor do ativo possivelmente inexistente, que havia sido aplicado na tarifa homologada no dia 04 de julho de 2014. Em atendimento a essa determinação, em 05 de janeiro de 2015 a Aneel realizou Reunião de Diretoria e votou pela republicação das tarifas da Companhia, ocorrida no dia 08 de janeiro de 2015.

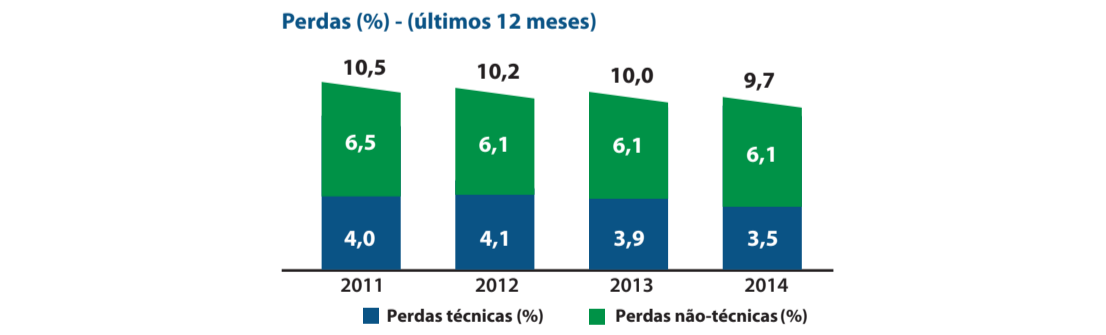
Neste interím, em 07 de janeiro de 2015, a ANEEL apresentou recurso ao Superior Tribunal de Justiça - STJ visando à suspensão dos efeitos da liminar concedida em favor da Companhia. Contudo, em 16 de janeiro de 2015, ao analisar o pleito da ANEEL, um dos ministros do STJ indeferiu o pedido de suspensão. A Aneel, em 10 de fevereiro de 2015, recorreu desta decisão ao Plenário do STJ, que é composto por todos os Ministros do Superior Tribunal. Não há prazo para o julgamento deste recurso.

Desta forma, a liminar obtida em 2ª instância continua válida e surtindo todos os seus efeitos. E não obstante os recursos da Aneel na 2ª instância e no STJ, que estão pendentes de julgamento, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e internos, entende que tem boas chances de êxito em relação à manutenção da liminar e ao mérito do caso.

Desempenho Operacional



A AES Eletropaulo encerrou o ano de 2014 com um nível de contratação de 98,8%. A subcontratação de 2014 ocorreu principalmente devido: (i) ao cancelamento e ao atraso de entrada em operação comercial de usinas de contratos oriundos de leilões de energia nova (CCEARs); (ii) à insuficiência de cotas decorrente da Lei nº 12.783/2013; (iii) ao cancelamento do Leilão A-1 de 2012; e (iv) à frustração do Leilão A-1 de 2013 e do Leilão A-0 de 2014. Em função dessa subcontratação, a Companhia adquiriu energia no mercado de curto prazo, aumentando o custo com compra de energia. Essa exposição ao mercado de curto prazo é reconhecida pelo órgão regulador como involuntária, o que exime a distribuidora de penalidades e garante o repasse do custo para a tarifa.

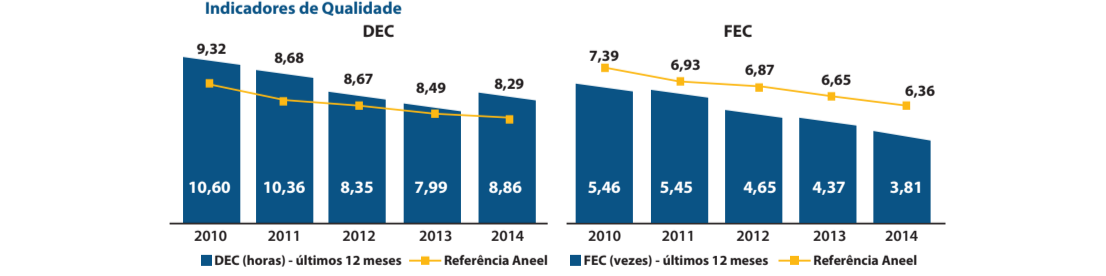


- Referência Aneel de Perdas de 9,5% para o ano regulatório 2014/2015
 - Referência Aneel de Perdas de 9,7% para o ano civil de 2014

As perdas totais apresentaram redução de 0,34 p.p. quando comparado a 2013 em função das ações implementadas pela Companhia para redução da parcela não técnica, principalmente no segmento de baixa renda. A Companhia desde o final de 2011 executa um programa de mapeamento e recadastramento na Tarifa Social de Energia Elétrica das famílias que possuem o perfil de renda previsto pela legislação.

Dentre as principais ações promovidas para a redução de perdas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) inspeções de fundo; (ii) programa de recuperação de instalações cortadas; e (iii) regularização de ligações informais.

Em 2014, as iniciativas de combate a perdas acrescentaram ao mercado faturado 633 GWh, ante 564 GWh em 2013.



O indicador DEC atingiu 8,86 horas nos últimos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2014, o que representa uma elevação 10,9% em relação a 2013 (7,99 horas). Esse desempenho reflete a maior incidência de eventos com ventanias significativas de até 100 km/h durante o período que, associado a chuvas e raios, fez com que um número incontável de galhos e objetos atingisse a rede elétrica, causando múltiplos danos à fiação, postes e aos demais equipamentos. Em apenas três dias foi registrada a queda de mais de 400 árvores na cidade de São Paulo, contribuindo para o aumento do DEC no período. O índice FEC dos últimos 12 meses foi de 3,81 vezes, uma redução de 12,7% em comparação a 2013 (4,37 vezes). Desde o ano de 2010, a Companhia reduziu o FEC em 30% e o DEC em 16%, reflexo das ações implementadas pela Companhia e investimentos em automação, manutenção e novas linhas e subestações, com foco na melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Em 2014, as penalidades pagas pela Companhia aos seus clientes por transgressões dos indicadores de DIC, FIC e DMIC totalizaram R\$ 18,3 milhões, valor 2,0% superior ao registrado em 2013.

Satisfação do Cliente e Excelência no Atendimento

A combinação entre capacitação, implementação de novas tecnologias e a revisão de processos gerou uma redução de 42% no número de reclamações nos últimos três anos e de 35% no número de termos de notificação do PROCON no último Ranking Estadual de Reclamações Fundamentadas, publicado oficialmente em março de 2014, no qual a AES Eletropaulo registrou uma melhoria de dez posições, passando da 11ª posição para a 21ª colocação. Em 2014, a Companhia atingiu 78,6% no Índice de Satisfação de Qualidade Percebida - ISQP medido pela ABRADEE. A satisfação do cliente é um dos direcionadores estratégicos do novo planejamento estratégico sustentável da AES Brasil. Em 2014, foram realizados investimentos na capacitação das equipes, na modernização dos canais de atendimento e, principalmente, na excelência dos nossos processos. O Programa Jeito AES de Atender (JAAT), instituído em maio de 2013, é um programa de aculturação com foco no cliente, que busca um padrão no relacionamento em todos os pontos de interação por meio de três pilares fundamentais:

- Atender o cliente no primeiro contato;
- Tratamento da insatisfação de forma efetiva e no prazo; e
- Qualidade dos aspectos relacionados ao atendimento.

¹ O balanço energético reflete os números do fechamento de 2014, informados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em janeiro de 2015. Números demonstrados nas notas explicativas que constam nas Demonstrações Contábeis refletem os valores estimados pela Companhia à época do fechamento contábil e que são ajustados nos meses subsequentes quando da disponibilização dos números finais pela CCEE.

No primeiro ano (2013) foi trabalhada a sensibilização dos colaboradores, as diretrizes e as metas. Implementando ferramentas de controles como as Regras de Ouro e a Caminhada do Cliente, mais de 10.000 colaboradores próprios e terceirizados foram treinados no manual comportamental, na padronização do atendimento e no código de vestimenta. Em 2014, veio a consolidação do Jeito AES de Atender através da abordagem da "Cultura de Serviços". Mais de 8 mil colaboradores foram treinados para a importância da integração das áreas no processo de atendimento ao cliente, tanto para aqueles que atendem diretamente ou para aqueles que estão nos "bastidores", mas que são responsáveis por tratar as demandas que vem do atendimento. Dentro as iniciativas para a modernização dos canais de atendimento destacam-se: o projeto de "Humanização do Atendimento Eletrônico (URA)", que disponibiliza aos clientes mais serviços com uma interação mais sociável e gentil, e a reformulação do atendimento presencial com a melhoria da infraestrutura e disponibilização de 53 terminais de autoatendimento, além de 67 telefones com chamada direta para o Call Center. A Companhia também inovou com a implementação da Ouvidoria 24x7, para os casos de emergência e demandas comerciais, antes disponível apenas no horário comercial. Além disso, lançamos o novo website, elaborado após uma extensa pesquisa de navegabilidade e usabilidade, disponibilizando aos clientes mais serviços com rapidez e facilidade.

No que tange a excelência dos processos, uma nova metodologia de análise das reclamações foi implementada, baseada em técnicas estatísticas do Six Sigma e focada na análise das causas raízes. O objetivo dessa iniciativa é evitar a reincidência de reclamação, revisando processos e sistemas, além de contribuir com um direcionador para o programa interno de treinamento dos atendentes, nos diversos canais.

Em 2014, implementamos no Call Center a ferramenta RTI (*Real Time Impact*) para automatização de procedimentos, agilização de serviços e garantia na padronização de scripts. O processo escolhido inicialmente foi o de análise de fatura onde o atendente consultava, em média, 22 telas elevando o TMA. Esse processo reduziu o TMA em 20%, aumentou o FCR (*First Call Resolution*) de 83% para 91%. Humanização da URA da Central de Relacionamento Corporativo e Poder Público, com essa medida, proporcionou a retenção de 60% de clientes no canal a partir de fevereiro/14, o que não ocorria anteriormente. Dessa forma não há necessidade de interação humana com o cliente, que inclusive, poderá fazer sua solicitação através do Portal Corporativo.

Implementação de campanhas ativas através de contatos com clientes que tiveram ordem de serviço, rejeitadas em campo. Os atendentes do Call Center contatam esses clientes, se antecipando e surpreendendo o cliente através do reenvio de sua solicitação. A mesma campanha é efetuada para clientes que fizeram solicitações via SMS e o sistema não pode identificar a necessidade, nesse caso o Call Center entra em contato com esse cliente para esclarecimentos sob a utilização do canal, bem como envio de solicitações.

Desempenho Comercial

A área de concessão da Companhia conta com as mais diversas atividades econômicas, as industriais, comerciais e de prestação de serviços. Além disso, a sua área de concessão possui a maior concentração populacional do país.

Atividade Comercial

Em 2014, o volume distribuído pela AES Eletropaulo atingiu 46.415,3 GWh, um crescimento de 0,4% em relação a 2013, impulsionado pelo desempenho positivo das classes residencial, comercial total (ativo e livre) e demais classes (ativo e livre) que cresceram 0,8%, 3,8% e 1,7%, respectivamente. Nesse período houve 1,1 dia a menos de faturamento (-108 GWh) e, se esse efeito fosse excluído, o mercado total cresceria 0,7%. O desempenho reflete as maiores temperaturas no 1T14 que ficaram em torno de 2,5°C acima da média histórica e estimularam o uso de aparelhos de climatização e ar-condicionado. Adicionalmente, o bom desempenho da atividade comercial no Estado de São Paulo no 1S14 e o crescimento de 1,3% da renda real na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)² em 2014 contribuíram para o aumento do consumo no período.

A classe industrial total (ativo e livre) apresentou retração de 5,1% em 2014, refletindo a menor atividade industrial na área de concessão da Companhia. O consumo da classe industrial impacta marginalmente o Ebitda da Companhia, dado que seus contratos se baseiam em demanda contratada e, na maior parte desses casos, não há margem associada ao volume de energia consumido.

Em 2014, o mercado livre registrou um consumo de 8.588,7 GWh, uma redução de 1,7% quando comparado a 2013, refletindo o desempenho da atividade econômica, principalmente no setor industrial, e da Copa do Mundo nos meses de junho e julho. Nesse período, o movimento de migração de unidades consumidoras para o ACL resultou em um acréscimo de 141 GWh no ACL. Desconsiderando o efeito da migração de clientes para o ACL, o mercado de clientes livres se reduziu a 2,9%.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Operacional

A receita operacional bruta da Companhia totalizou R\$ 14.509,0 milhões em 2014, um aumento de 15,0% quando comparada a 2013. Excluindo o reconhecimento do ativo regulatório líquido³, em dezembro de 2014, no montante de R\$ 270,5 milhões, a receita bruta do ano atingiu R\$ 14.238,5 milhões, um incremento de 12,9% em comparação aos R\$ 12.611,3 milhões registrados em 2013. Esse incremento é explicado, principalmente, pela: (i) maior receita de fornecimento no montante de R\$ 812,6 milhões; e (ii) pela venda de energia no curto prazo, superior em R\$ 803,9 milhões.

Como resultado das variações acima mencionadas, a receita operacional líquida da Companhia, excluindo o reconhecimento do ativo regulatório líquido, totalizou R\$ 10.286,8 milhões, um aumento de 14,1% quando comparado a 2013.

R\$ milhões	2013	2014	Variação (%) 2013 x 2014
Receita de Fornecimento	11.188,8	12.001,3	7,3%
Outras Receitas	1.422,5	2.237,1	57,3%
Ativos (Passivos) regulatório líquido	-	270,5	N.D.
Total Receita Bruta	12.611,3	14.509,0	15,0%
Total Receita Bruta ex-ativo regulatório líquido	12.611,3	14.238,5	12,9
Deduções da Receita Bruta	(3.599,1)	(3.951,7)	9,8%
Receita Líquida*	9.012,2	10.286,8	14,1%

* Receita Líquida de 2014 exclui o reconhecimento do ativo regulatório líquido

Custos e Despesas Operacionais

Em 2014, as despesas operacionais apresentaram incremento de 27,1%, totalizando R\$ 9.498,2 milhões. As principais variações estão detalhadas a seguir:

Despesas Operacionais - em R\$ milhões*	2013	2014	Variação (%) 2013 x 2014
Parcela A	5.833,5	7.895,8	35,4%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	5.296,7	7.483,8	41,3%
Encargos Uso Rede Elétrica e Transmissão	517,0	396,1	-23,4%
Taxa de fiscalização	19,8	15,9	-19,7%
PMSO	1.640,4	1.602,4	-2,3%
Pessoal	844,3	964,8	14,3%
Pessoal	506,5	678,8	34,0%
Entidade de Previdência Privada	337,7	286,0	-15,3%
Serviços de Terceiros	456,8	445,9	-2,4%
Materiais	46,2	42,9	-7,2%
Outros	293,2	148,9	-49,2%
Total	7.473,9	9.498,2	27,1%

* Não incluiu depreciação e custo de construção

Parcela A

A despesa com compra de energia elétrica aumentou em 41,3% em comparação a 2013, principalmente em função do maior volume de energia comprada (45.077 GWh em 2014 versus 43.539 GWh em 2013) e preço médio, tendo sido parcialmente compensada pelo repasse de recursos por meio da CDE e da Conta-ACR no montante de R\$ 1.296,9 milhões.

As despesas com encargos do uso da rede elétrica e de transmissão apresentaram redução de 23,4% em 2014, principalmente em função do efeito positivo na liquidação pela CCEE no valor de R\$ 91,5 milhões em função de ajuste financeiro referente ao alívio retroativo do Encargo de Serviço de Sistema (ESS) e do recebimento de recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva (CONER) determinado pela ANEEL (R\$ 373,0 milhões), parcialmente compensados pela maior despesa com uso da rede básica e ESS dado o repasse de recurso da CDE ocorrido em 2013 no montante de R\$ 420,3 milhões.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais, excluindo o fundo de pensão da Companhia, totalizaram R\$ 1.316,4 milhões, estável em relação ao registrado em 2013 (R\$ 1.302,7 milhões). Excluindo também os itens não gerenciáveis pela Companhia como PCLD, baixas, contingências, venda do Cambuci (impacto de R\$ 114 milhões em 2014) e outros eventos não recorrentes, as despesas operacionais gerenciáveis totalizaram R\$ 1.183,9 milhões, valor 6,3% superior ao registrado em 2013, principalmente em função do maior custo com pessoal, conforme será detalhado a seguir.

Pessoal

Em 2014, as despesas com pessoal e encargos apresentaram um aumento de 34,0% em comparação a 2013, totalizando R\$ 678,8 milhões. Essa variação se deve principalmente à alteração no critério de rateio de mão de obra própria entre Opep e Capex, no montante de R\$ 91,9 milhões. Desconsiderando esse efeito, o aumento das despesas com Pessoal seria de 15,9% no período, em função do reajuste de salários e benefícios e da reversão do passivo atuarial referente à Lei nº 9.656/98 (assistência médica pós-emprego), no montante de R\$ 19,4 milhões.

Em 2014, a despesa com entidade de previdência privada foi de R\$ 286,0 milhões, 15,3% inferior aos R\$ 337,7 milhões registrados em 2013, decorrente, principalmente, do aumento na taxa de desconto, refletindo as circunstâncias do mercado financeiro.

Pessoal - em R\$ milhões	2013	2014	Variação (%) 2014 x 2013
Pessoal e Encargos	506,4	678,8	34,0%
Entidade de Previdência	337,7	286,0	-15,3%
Total	844,1	964,8	14,3%

Materiais e Serviços de Terceiros

Em 2014, as despesas com materiais e serviços de terceiros totalizaram R\$ 488,8 milhões, uma redução de 2,8% em comparação a 2013. Essa variação é resultado dos custos não recorrentes registrados do 1T13 referente a rescisões contratuais e internalização de equipes de emergência.

Outras Despesas Operacionais

Em 2014, as outras despesas operacionais apresentaram uma redução de 49,2% em relação a 2013, totalizando R\$ 148,9 milhões, em função, principalmente, da reversão de PCLD realizada no período, no valor de R\$ 59 milhões, referente aos Termos de Confissão de Dívida (TCD), além da reversão da provisão, em 2013, da Prefeitura de Carapicuíba (R\$ 14 milhões) e de provisão trabalhista de contribuição social em 2014 (R\$ 21 milhões).

Outras Despesas Operacionais - em R\$ milhões	2013	2014	Variação (%) 2014 x 2013
PCLD e Baixas	16,9	80,6	376,1%
Provisão (Reversão) para contingências	104,4	29,0	-72,3%
Demais *	171,8	39,3	-77,1%
Total	293,2	148,9	-49,2%

* Arrendamentos e aluguéis, Indenizações, Perdas e Danos, Publicidade, Tarifas Bancárias, IPTU etc.

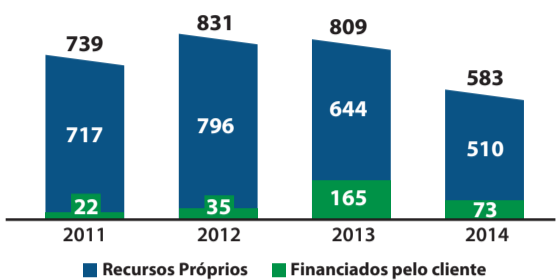
Endividamento

Para fins de análise deste relatório, e de acordo com os critérios utilizados para o cálculo dos contratos de dívida da Companhia, consideramos o saldo devedor com o fundo de pensão no valor de R\$ 1.270,8 milhões (excluindo o efeito do corredor). Em 31 de dezembro de 2014, a dívida bruta da Companhia totalizava R\$ 4.342,7 milhões, um aumento de 9,6% em relação aos R\$ 3.960,7 milhões registrados em 31 de dezembro de 2013.

As disponibilidades somavam R\$ 909,2 milhões no encerramento do exercício, valor R\$ 65,0 milhões inferior ao mesmo período de 2013. Como resultado, a dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 3.433,5 milhões em 2014, um aumento de 15,0% quando comparada a 2013, em função, principalmente, de: (i) recebimento de parcela do 2º contrato com a FINEP, no montante de R\$ 29 milhões; (ii) 16ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 350 milhões; e (iii) redução de R\$ 65 milhões no saldo caixa.

Parcialmente compensados pelo: (iv) pagamento da 2ª parcela de amortização da 13ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 20 milhões, em maio de 2014; (v) pagamento da 2ª parcela de amortização do CCB com o Bradesco, no valor de R\$ 30 milhões, em novembro de 2014; Em 31 de dezembro de 2013, a dívida atrelada ao CDI, de R\$ 2.695,1 milhões, tinha um custo médio de CDI + 1,42% ao ano, e passou para R\$ 3.009,0 milhões, a um custo médio de CDI + 1,43% ao ano em 31 de dezembro de 2014 em função, principalmente, da 16ª emissão de debêntures. Já o saldo remanescente da dívida de R\$ 1.250,3 milhões, basicamente atrelada a índice de preço, tinha um custo médio de IGPD + 5,5% ao ano em 31 de dezembro de 2013 e o mesmo custo médio para o saldo de R\$ 1.321,7 milhões em 31 de dezembro de 2014. O prazo médio da dívida em 31 de dezembro de 2013 era de 6,1 anos, patamar superior ao prazo de 5,4 anos, de 31 de dezembro de 2014.

Investimentos



Em 2014, o volume de investimentos da Companhia atingiu R\$ 583,0 milhões, sendo que R\$ 510,4 milhões foram realizados com recursos próprios e R\$ 72,6 milhões foram financiados pelos clientes.

Investimentos - R\$ milhões	2013	2014	Varição (%) 2013 x 2014
Serviço ao Cliente e Expansão do Sistema	361,7	282,3	-21,9%
Confiabilidade Operacional	193,1	143,6	-25,6%
Recuperação de Perdas	23,2	8,9	-61,5%
Tecnologia da Informação	29,9	33,5	12,2%
Outros	36,6	42,0	14,9%
Total (com recursos próprios)	644,4	510,4	-20,8%
Financiado pelo cliente	164,7	72,6	-55,9%
Total	809,1	583,0	-27,9%

Principais Investimentos em 2014

Serviços ao Cliente e Expansão do Sistema
Foram investidos R\$ 152,5 milhões para atender à adição de 153,4 mil novos clientes, dos quais 44,3 mil estão relacionados às regularizações de ligações ilegais. Foram investidos R\$ 129,9 milhões em obras de expansão beneficiaram aproximadamente 534 mil usuários no período.

Confiabilidade Operacional
Foram investidos R\$ 143,6 milhões, principalmente na manutenção de 2.260 km da rede e modernização da subtransmissão e redes subterrâneas.

Recuperação de Perdas
Foram investidos R\$ 8,9 milhões, na regularização de 26,7 mil regularizações de ligações ilegais e na correção de 18,5 mil irregularidades por meio de inspeções de fraudes e anomalias.

Tecnologia da Informação
Em 2014 foi investido um total de R\$ 33,5 milhões em tecnologia da informação.

Outros
Foram investidos R\$ 42,0 milhões principalmente em muros, passeios e taludes e renovação da frota de veículos.

Financiado pelo Cliente
Os investimentos financiados pelos clientes totalizaram R\$ 72,6 milhões e se referem principalmente à conversão e remoção de redes e alteamento de linhas de alta tensão.

Investimento Remunerável
O investimento remunerável, também denominado de Base de Remuneração, é constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial). Sobre ele foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela "B" da Receita Requerida - RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL de 02/07/2012 e Despacho nº 4.258 de dezembro de 2013.

A tabela a seguir apresenta os valores da Base de Remuneração aprovada pela ANEEL para o 3º ciclo em 2013, retroativos a 2011:

Componentes do Investimento Remunerável (R\$)	Revisão* Julho - 11	Reajuste Julho - 12	Reajuste Julho - 13	Reajuste Julho - 14
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	16.189.530.212,21	17.021.672.065,12	18.096.420.439,31	19.225.818.038,92
b1) (-) Depreciação Acumulada	10.347.767.122,93	10.879.642.353,05	11.566.582.971,22	12.288.453.414,45
b2) (-) Depreciação Acumulada %	63,90%	63,90%	63,90%	63,90%
c1) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE Bruta	1.370.413.429,38	1.440.852.679,65	1.531.828.117,84	1.627.429.510,67
c2) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE Líquida	1.196.630.700,25	1.258.137.518,25	1.337.576.321,15	1.421.054.459,35
d) Bens 100% depreciados	3.364.292.878,86	3.537.217.532,84	3.760.557.447,86	3.995.253.838,18
e) Terrenos e Servidões	313.831.954,63	329.962.917,10	350.796.775,69	372.690.002,46
f) = Ativo Imobilizado em Serviço Bruto Depreciável	11.140.991.949,34	11.713.638.935,53	12.453.238.097,92	13.230.444.688,61
g) (+) Almoxarifado	31.500.064,06	33.119.167,35	35.210.311,58	37.407.787,12
h) = Investimento Remunerável (Base Remuneração)	4.676.632.453,09	4.917.011.361,17	5.227.471.458,52	5.553.717.952,24
i) (+) Investimento Previsto no Xe	-	-	-	-
j) Variação do IGPM (RH Aneel/Reajuste Tarifário n°)	1,0000	1,0514	1,0631	1,0624
k) Cota de Depreciação - Taxa média Anual %	3,82%	3,82%	3,82%	3,82%

***) 3º ciclo de RTP - Junho de 2011**
Valores após reconhecimento pedido de reconsideração
Valores extraídos Voto André Peppone

a) Valor deduzido dos valores de Bens Administrativos, Veículos, Móveis e Utensílios e índice de aproveitamento
Os valores de REAJUSTE foram corrigidos pelo IGPM (h) sem considerar adições, baixas e depreciação entre períodos.

Pesquisa e desenvolvimento (P&D)

Em 2014, a AES Eletropaulo investiu R\$ 23,3 milhões em inovação, pesquisa e desenvolvimento, dentro da sua estratégia de inovação, com foco na melhoria de processos técnicos e operacionais, na segurança de colaboradores e terceirizados, além da promoção de iniciativas sustentáveis para as comunidades. Os principais projetos de 2014 estão se tornando programas permanentes, como o de Rede Inteligente (Smartgrid), com investimentos de R\$ 15,5 milhões no desenvolvimento e implementação de soluções de monitoramento, medição, supervisão, comunicação e inteligência na rede elétrica, integrando e levando os sistemas da Companhia a um novo patamar tecnológico. Foram também realizados projetos de linhas de transmissão, meio ambiente, soluções técnicas de redes de distribuição, otimização de atividades e processos, novos conceitos, metodologias e equipamentos.

Programa de Eficiência Energética
Alinhado com a estratégia de sustentabilidade, o Programa de Eficiência Energética da AES Eletropaulo busca reduzir o desperdício de energia elétrica nos clientes da Companhia por meio do acesso seguro e regular de energia em comunidades de baixa renda - no âmbito do programa Transformação de Consumidores em Clientes - e da eficiência de máquinas e equipamentos em clientes públicos e corporativos. Em 2014, foram investidos R\$ 47,6 milhões, dos quais R\$ 16,3 milhões em projetos diversos e R\$ 31,3 milhões no programa Transformação de Consumidores em Clientes.

No programa Transformação de Consumidores em Clientes objetiva-se a regularização de ligações informais por meio do fornecimento seguro e confiável de energia em comunidades de baixa renda.

Nos demais projetos do programa de eficiência energética, foram contemplados um hospital e administrações de prefeituras municipais, com a implementação de melhorias tecnológicas como a substituição de equipamentos nos sistemas de iluminação, climatização e refrigeração. Destaque para o projeto de instalação de uma microgeração de energia fotovoltaica na sede do Governo do Estado de São Paulo, trazendo economia de energia e de manutenção ao edifício e tornando-o mais sustentável.

Segurança

Os Programas de Segurança da Companhia são baseados nas diretrizes globais da The AES Corporation ("AES Corp") e no Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional (SGSSO). Os requisitos do SGSSO estão de acordo com as especificações da Norma OHSAS 18001 (Occupational Health and Safety Assessment Series), uma norma internacional com foco na saúde e segurança do trabalho, voltada à preservação da integridade física e saúde dos colaboradores e parceiros, por meio de práticas de mitigação de riscos em atividades e instalações. Como resultado da aderência do nosso Sistema de Gestão de Saúde e Segurança recebemos, em 2012, a Certificação OHSAS 18001.

Em 2014 foi realizada a auditoria de manutenção (de forma integrada com o Sistema de Gestão de Meio Ambiente) pela certificadora ABS Quality, cujo resultado foi o de "zero não conformidade".

Em 2014, a AES Eletropaulo investiu R\$ 14,8 milhões e deu continuidade ao conjunto de ações para manter a melhoria contínua dos índices de saúde e segurança, colhendo resultados significativos. A continuidade das práticas previstas no Programa de Segurança foi efetiva, alcançando-se uma redução de 17% no número de acidentes com e sem afastamento com colaboradores próprios e colaboradores terceirizados. Não foram registradas fatalidades com colaboradores próprios ou contratados da companhia.

A Companhia também mantém quatro comitês formais de segurança: o Comitê de Segurança do Trabalho AES Brasil, o Comitê de Segurança do Trabalho da AES Eletropaulo, o Comitê Regional AES Eletropaulo e a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), todos com representação dos interesses de 100% dos colaboradores.

Em Novembro de 2014, a AES Eletropaulo foi reconhecida com o 3º lugar no Prêmio Eloy Chaves (prêmio latino americano). Este prêmio reconhece a excelência nos programas de gestão de segurança da companhia.

A AES Eletropaulo também ganhou duas medalhas de ouro no Rodeio Nacional de Eletricistas de Distribuição. As medalhas de ouro foram conquistadas nas categorias "substituição de isoladores" e "destreza com bastão".

Segurança com a População

Para evitar acidentes com a população, a AES Eletropaulo promove diversas campanhas e programas de conscientização com parte do Movimento Viva sem Acidentes. Em 2014, foram intensificadas as palestras de segurança nas comunidades e em empresas, a realização de *Blitze* com a população e treinamentos voltados aos trabalhadores da construção civil.

O projeto também tem como ferramenta a realização de campanhas de conscientização nas emissoras de TV aberta e rádios para informar os riscos e qual é o comportamento mais seguro na hora de executar atividades próximas à rede elétrica. A Companhia investiu R\$ 4,2 milhões em 2014 para levar informação à população de baixa renda, público com o maior índice de acidentes. Em 2014, houve 10 acidentes fatais com a população, contra 18 em 2013. As ações de conscientização sobre os riscos continuarão em 2015.

Excelência na Gestão

Desde que o seu Planejamento Estratégico Sustentável 2012-2016 foi lançado, o Grupo AES Brasil passou por mudanças em seu contexto de atuação. As alterações no ambiente econômico, político e setorial evidenciaram a necessidade de reavaliar o Planejamento Estratégico Sustentável para os anos de 2015 a 2019.

Simplificação e foco foram os grandes direcionadores da nova estratégia, formada por objetivos de longo prazo, direcionadores estratégicos e compromissos do negócio. Uma estratégia que tem como base os seus principais Ativos Intangíveis e os Valores do Grupo.

Direcionadores Estratégicos	Compromissos de negócio
Satisfação do cliente	Garantir excelência dos serviços prestados com ética e respeito ao cliente
Desenvolvimento de negócios	Crescer com soluções sustentáveis de energia
Eficiência no uso de recursos e disciplina na execução	Maximizar valor antecipando e reduzindo riscos e impactos econômicos, sociais e ambientais
Engajamento dos públicos de relacionamento	Promover avanços no setor, educar a população para o consumo consciente e desenvolver colaboradores, parceiros e comunidades

Com o amadurecimento e avanços conquistados em termos de pensamento integrado e entendimento da relação entre sustentabilidade e negócios e em função dos desafios trazidos pelas mudanças de cenários climático e regulatório, a alta gestão da AES Brasil decidiu dar um passo muito importante. De forma a tornar mais tangível a integração dos temas sociais, ambientais e de governança, os principais aspectos da Plataforma de Sustentabilidade foram incorporados ao Planejamento Estratégico Sustentável 2015-2019.

O novo planejamento surge, portanto, para oferecer a todos os públicos de relacionamento da companhia uma estratégia unificada e consistente para que a AES Brasil avance em direção à sua nova visão a partir de 2015 e para que possa gerar valor compartilhado a todos. O acompanhamento de indicadores estratégicos é realizado periodicamente em fóruns de performance e reuniões com gestores e lideranças, em que são tomadas decisões visando ao cumprimento de metas estabelecidas.

A empresa se baseia no Modelo de Excelência da Gestão (MEG), da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) como um dos pilares da estratégia, ligado ao diretorador Eficiência no uso de recursos e disciplina na execução. A partir do MEG, diversos processos da Companhia são revisados anualmente para avaliar o grau de maturidade da gestão da Companhia e definir ações para a melhoria dos processos. Como base para este diagnóstico é feita uma avaliação dentro do ciclo do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ), uma iniciativa da FNQ que reconhece as empresas de classe mundial, consideradas como detentoras das melhores práticas de gestão.

Este relatório apresenta alguns dos principais resultados da AES Eletropaulo nos temas de sustentabilidade da Plataforma de Sustentabilidade, no último ano de seu acompanhamento.

Relacionamento com o Público Interno

Com o objetivo de atrair, desenvolver e reter seus talentos, as empresas do Grupo AES Brasil buscam proporcionar aos seus colaboradores um ambiente de trabalho ético e inclusivo, que valorize a diversidade e que promova o desenvolvimento pessoal e profissional, por meio da educação para a sustentabilidade e da aplicação de critérios que valorizem seus compromissos. Diariamente, a AES Eletropaulo mantém atenção especial voltada para seus colaboradores. A empresa busca criar mecanismos de incentivo e valorização que proporcionem eficiência, satisfação profissional e qualidade de vida. Em 2014, teve continuidade o processo de desenvolvimento dos 6.152 colaboradores da AES Eletropaulo com o objetivo de fazer o profissional se sentir realizado com o que faz e ter a consciência de que seu trabalho traz benefícios para a sociedade. As políticas de desenvolvimento de carreira, que incluem os processos de educação continuada, estágio, reconhecimento, cursos de idiomas, participação em cursos e seminários, além do programa Siga Livre, que permite mobilidade de cargos e funções dentro da empresa, norteiam o enfoque desse trabalho.

O diálogo com a alta direção é garantido pelo Pé Na Estrada, programa que coloca o principal executivo da Companhia, seu Diretor Presidente, em uma conversa aberta e direta com os colaboradores, com o objetivo de apresentar os resultados do ano anterior, a estratégia para o próximo período, o plano de investimentos e as metas a serem perseguidas.

Uso Eficiente de Recursos Naturais

A AES Eletropaulo conta com o Sistema de Gestão Ambiental ("SGA") certificado desde 2000 segundo os requisitos da Norma ISO 14001. Em 2014 foi realizada a auditoria de manutenção (de forma integrada com o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho) pela certificadora ABS Quality, cujo resultado foi o de "zero não conformidade". O SGA tem como principal foco as ações de prevenção, correção, mitigação e controle de impactos ambientais, oferece uma sistemática de melhoria contínua por meio do desenvolvimento de objetivos, metas e programas de gestão, padronizando, assim, os processos e as atividades da Companhia, especialmente as que oferecem maiores riscos ao meio ambiente, de acordo com as premissas do seu planejamento estratégico sustentável.

O sistema também trata de temas que envolvem gestão de fornecedores de serviços e materiais, levando em consideração questões relacionadas ao atendimento da legislação ambiental e das políticas da Companhia, além de prevenção de impactos e acidentes. Outro ponto de atenção do SGA são os impactos que as atividades da AES Eletropaulo causam nas comunidades da sua área de concessão. Todas essas ações são direcionadas pela política de sustentabilidade do grupo AES Brasil, que promove uma atuação em consonância com a legislação ambiental vigente e em respeito aos recursos naturais. Em 2014, a AES Eletropaulo destinou R\$ 96,2 milhões para ações de meio ambiente, como treinamentos, melhoria na gestão ambiental de processos, novas tecnologias, licenciamentos e compensações ambientais, investigação de potenciais passivos, remediações ambientais e auditorias ambientais junto aos fornecedores.

Desenvolvimento e Valorização de Comunidades

Com o objetivo de promover a melhoria contínua da atuação social e de garantir o máximo alinhamento com a estratégia de negócios e com a Política de Sustentabilidade, a relação e os compromissos da AES Brasil com as comunidades são pautados pelo Sistema de Gestão de Responsabilidade Social Corporativa (SGRSC), que atendem às normas e aos padrões externos aplicáveis aos negócios do Grupo AES no Brasil, como ISO 26000 e AA 1.000. As iniciativas voltadas para as comunidades estão agrupadas em quatro pilares da Política de Investimento Social Privado (alinhas ao modelo de criação de valor da empresa fundamentado no Planejamento Estratégico Sustentável): Educação, Cultura, Esporte e Saúde; Capacitação Profissional Inclusiva; Acesso à Energia e Eficiência Energética; Influência Social. O sistema de avaliação é composto por indicadores de gestão das atividades, de medição de impacto sobre o público atingido e de investimento por projeto, além da realização de pesquisas de opinião junto aos beneficiados para colher os feedbacks de satisfação e de atendimento às expectativas de cada público. Essa metodologia foi ampliada para alguns dos projetos sociais do programa Consumo Mais Inteligente.

Em 2014, foram investidos e destinados R\$ 90,3 milhões, dos quais R\$ 52,5 milhões com recursos incentivados e R\$ 37,8 milhões com recursos próprios em ações sociais. Mais informações sobre o tema podem ser conhecidas no Relatório de Sustentabilidade da AES Eletropaulo.

Reconhecimentos

- Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) - BM&FBovespa:** a AES Eletropaulo integrará em 2015, por mais um ano, a carteira do índice que reúne as empresas com práticas mais sustentáveis da Bolsa. A AES Eletropaulo faz parte do índice desde 2005, quando foi criado;
 - Troféu Transparência:** a Companhia recebeu o reconhecimento da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anelac) pela qualidade e transparência de suas demonstrações financeiras;
 - Prêmio Carta Capital:** 1º lugar no ranking do setor de energia na categoria "Empresas Mais Admiradas do Brasil";
 - Medalha Eloy Chaves 2014:** 3º melhor empresa em saúde e segurança do trabalho na categoria Distribuidoras com mais de 2.000 colaboradores - Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE);
 - Instituto Brasileiro de Marketing de Relacionamento (IBMR):** Prêmio ABT nas categorias Atendimento Técnico e Gestão de Qualidade;
 - PR Newswire:** 13ª empresa mais sustentável segundo a mídia.
- Além dos reconhecimentos individuais, a AES Eletropaulo contribuiu significativamente para outros importantes reconhecimentos para o grupo AES Brasil focados em inovação e sustentabilidade:
- Guia Exame de Sustentabilidade:** melhor empresa do setor energético e destaque em Relação com Clientes;
 - Prêmio ECO 2014,** categoria ELIS (Estratégia, Liderança e Inovação para a Sustentabilidade) - Amcham Brasil;
 - Prêmio IBEF de Sustentabilidade na categoria Governança Corporativa** - Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF);
 - Prêmio Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas** - Negócios da Comunicação;
 - 17ª posição entre as empresas mais inovadoras do Brasil e segundo lugar na categoria Estratégia Empresarial e Inovação** - Revista INFO Exame;
 - Prêmio TOP de Sustentabilidade** - ADVB (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil).

Governança Corporativa

A AES Eletropaulo integra o Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa desde 2004 e foi a sétima Companhia a se comprometer com o seu regulamento. Seguindo as regras do Nível 2, a Companhia disponibiliza suas demonstrações contábeis em inglês e concede tag along de 100% para os acionistas detentores de ações ordinárias (ON) e ações preferenciais (PN). Além disso, as ações preferenciais possuem direito a voto em algumas matérias, é prevista adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado para resolução de conflitos societários e a obrigatoriedade de possuir pelo menos 20% de membros independentes no seu Conselho de Administração.

Desde 2005 a Companhia integra a carteira do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), que reúne as empresas que apresentam os melhores desempenhos sob o aspecto da sustentabilidade. Por ser subsidiária da The AES Corporation, companhia de capital aberto com ações na Bolsa de Nova York, a AES Eletropaulo adequou seus controles internos à Lei Sarbanes-Oxley (SOX), cujo objetivo é assegurar a confiabilidade das demonstrações contábeis de companhias que negociam ações no mercado norte-americano.

Estrutura Societária

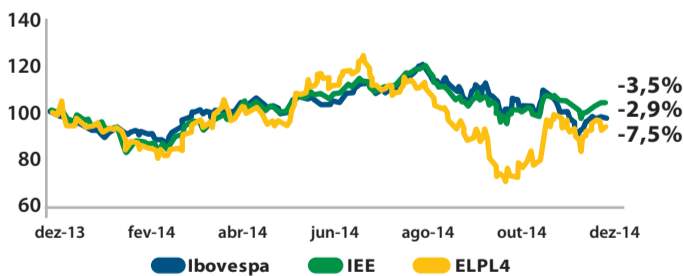
Em dezembro de 2014, o capital social da AES Eletropaulo era de R\$ 1.257,6 milhões, representado por 66.604.817 ações ordinárias (39,8% do total) e 100.739.070 ações preferenciais (60,2% do total), com um *free float* total de 94.172.060 ações (56,3% do total). Ao final do exercício, a Companhia contava com aproximadamente 66 mil acionistas.

AES Eletropaulo						
Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
AES ELPA	51.825.798	77,8%	-	0,0%	51.825.798	31,0%
União Federal	13.342.384	20,0%	258	0,0%	13.342.642	8,0%
Cia. Brasileira de Energia	-	0,0%	7.434.410	7,4%	7.434.410	4,4%
BNDES	1	0,0%	568.976	0,6%	568.977	0,3%
Outros (Free Float)	1.436.634	2,2%	92.735.426	92,1%	94.172.060	56,3%
Total	66.604.817	100,0%	100.739.070	100,0%	167.343.887	100,0%

Mercado de Capitais

As ações da AES Eletropaulo estão listadas no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa sob os códigos ELP3 (ordinárias) e ELP4 (preferenciais). A Companhia também possui ADRs negociadas no Nível I do mercado de balcão norte-americano (OTC), sob o código EPUMY. Em 2014, a ação ELP4 foi negociada em todos os pregões da BM&FBovespa. Os dados de liquidez mostram a realização de aproximadamente 678 mil negócios, envolvendo cerca de 230 milhões de ações preferenciais e com volume médio diário de R\$ 8,3 milhões no mercado à vista. No ano, as ações preferenciais da AES Eletropaulo sofreram queda de 7,5%. No mesmo período, o índice Bovespa caiu 2,9% e o IEE subiu 3,5%.

AES Eletropaulo x Ibovespa x IEE Base 100



Serviços de Auditoria Independente

Ao longo do exercício de 2014, a AES Eletropaulo utilizou os serviços de auditoria independente da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") para a realização de outros trabalhos de auditoria e consultoria, em adição à auditoria das demonstrações contábeis e revisão especial das Informações Trimestrais (ITRs) relativas a 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro daquele mesmo exercício (conjuntamente denominados serviços de auditoria externa). Os detalhes dos contratos desses serviços encontram-se abaixo:

- Natureza do serviço: Auditoria de procedimentos previamente acordados dos Custos Variáveis da Parcela A (CVA) de acordo com a NBC-TSC-4400 - Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados sobre Informações Contábeis e procedimentos estabelecidos pela Aneel. Data da contratação: 02 de junho de 2014.
- Natureza do serviço: Auditoria de procedimentos previamente acordados das Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) de acordo com a NBC-TSC-4400 - Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados sobre Informações Contábeis e procedimentos estabelecidos pela Aneel. Data da contratação: 02 de junho de 2014.
- Natureza do serviço: Auditoria de procedimentos previamente acordados do Relatório de Controle Patrimonial (RCP) em atendimento do inciso II, artigo 4º da Resolução Normativa ANEEL 367. Data da contratação: 02 de junho de 2014.
- Natureza do serviço: asseguarção limitada (verificação independente) sobre as informações do relatório de sustentabilidade da Companhia, referentes ao ano-calendário de 2014, segundo as diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI). Data da contratação: 16 de julho de 2014.
- Natureza do serviço: Verificação independente sobre as informações financeiras do Formulário de Referência da Companhia, referente ao ano-calendário de 2013, segundo as diretrizes estabelecidas pela CVM. Data da contratação: 10 de abril de 2014.
- Natureza do serviço: Verificação do preenchimento da Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ. Data da contratação: 14 de maio de 2014.

O valor total dos serviços descritos acima somam R\$ 182.878,34 (cento e oitenta e dois mil, oitocentos e setenta e oito reais e trinta e quatro centavos) e equivale a 42,39% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Todos os serviços descritos acima possuem prazo de contratação inferior a um ano.

A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados acima são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade da KPMG, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

BALANÇO SOCIAL ANUAL 2014

1 - Base de Cálculo	2014 Valor (Mil reais)			2013 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	10.557.279			9.012.207		
Resultado operacional (RO)	5.530			293.619		
Folha de pagamento bruta (FPB)	678.759			506.531		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	62.054	9,14%	0,59%	55.663	10,99%	0,62%
Encargos sociais compulsórios	131.583	19,39%	1,25%	116.517	23,00%	1,29%
Previdência privada	286.038	42,14%	2,71%	337.746	66,68%	3,75%
Saúde	60.932	8,98%	0,58%	53.082	10,48%	0,59%
Segurança e saúde no trabalho	14.798	2,18%	0,14%	12.640	2,50%	0,14%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	3.618	0,53%	0,03%	3.973	0,78%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	1.379	0,20%	0,01%	1.322	0,26%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	70.431	10,38%	0,67%	65.745	12,98%	0,73%
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	630.833	92,94%	5,98%	646.688	127,67%	7,18%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	14.197	256,74%	0,13%	20.099	6,85%	0,22%
Cultura	3.390	61,30%	0,03%	3.565	1,21%	0,04%
Saúde e saneamento	704	12,74%	0,01%	-	0,00%	0,00%
Esporte	1.441	26,06%	0,01%	1.885	0,64%	0,02%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	70.542	1275,63%	0,67%	87.639	29,85%	0,97%
Total das contribuições para a sociedade	90.276	1632,47%	0,86%	113.188	38,55%	1,26%
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.387.976	43182,21%	22,62%	2.375.071	808,90%	26,35%
Total - Indicadores sociais externos	2.478.252	44814,68%	23,47%	2.488.259	847,44%	27,61%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	44.124	797,91%	0,42%	28.430	9,68%	0,32%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	52.042	941,09%	0,49%	57.260	19,50%	0,64%
Total dos investimentos em meio ambiente	96.167	1.739,00%	0,91%	85.690	29,18%	0,95%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() não possui metas	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 51 a 75%
	() cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%	(x) cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2014		2013	
Nº de empregados(as) ao final do período	6.152		6.208	
Nº de admissões durante o período	562		953	
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	8.798		9.293	
Nº de estagiários(as)	26		35	
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	987		980	
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.060		1.092	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	16,48%		17,29%	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1.454		1.363	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	6,98%		6,11%	
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	76		66	

6 - Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2014 Valor (Mil reais)		2013 Valor (Mil reais)	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	87,97		96,25	
Número total de acidentes de trabalho	57		52	

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	() todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados (as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 32.059 (**)	no Procon 4.432	na Justiça 4.077	na empresa 32.059 (**)	no Procon 4.432	na Justiça 4.077
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça -	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça -

Valor Adicionado Total a Distribuir (em mil R\$)	Em 2014: 4.674.326		Em 2013: 4.715.348 (*)	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	72,02% governo -2,82% acionistas	18,84% colaboradores(as) 11,96% terceiros	68,85% governo 4,20% acionistas	18,27% colaboradores(as) 8,68% terceiros

7 - Outras Informações
(*) alteração no valor devido a algumas reclassificações realizadas no ano corrente
(**) As reclamações "na empresa" contabilizam apenas o controle da Ouvidoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	2014	2013
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	181.260	154.210
Investimentos de curto prazo	4	727.891	819.951
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	1.723.776	1.212.012
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	6	19.378	33.965
Outros tributos compensáveis	6	110.520	136.554
Devedores diversos	8	1.997	444
Contas a receber - acordos	8	99.911	72.837
Outros créditos	9	229.834	162.572
Almoarifado		63.137	54.822
Despesas pagas antecipadamente		28.584	28.312
Ativo financeiro setorial, líquido	35	140.940	-
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		3.327.228	2.675.679
NÃO CIRCULANTE			
Outros tributos compensáveis	6	40.780	49.500
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	499.851	278.878
Cauções e depósitos vinculados	20	445.283	475.337
Contas a receber - acordos	8	19.900	42.561
Outros créditos	9	81.575	38.157
Ativo financeiro da concessão	11	1.980.753	1.386.931
Ativo financeiro setorial, líquido	35	129.566	-
Investimento		8.769	9.500
Imobilizado, líquido	12	11.100	14.580
Intangível	11/13	5.045.454	5.722.928
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		8.263.031	8.018.372
TOTAL DO ATIVO		11.590.259	10.694.051

	Notas	2014	2013
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	14	1.561.434	1.154.993
Empréstimos e financiamentos	16	68.387	68.740
Debêntures	16	520.010	47.909
Arrendamento financeiro	16	2.958	4.066
Subvenções governamentais	17	2.478	1.408
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15	19.118	26.415
Outros tributos a pagar	15	551.549	257.305
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		3.858	78.730
Obrigações estimadas	19	88.601	99.943
Obrigações sociais e trabalhistas		1.589	1.456
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	21	60.252	11.241
Provisão para processos judiciais e outros	20	168.108	191.472
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	22	40.279	42.633
Outras obrigações	23	230.880	234.414
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		3.319.501	2.220.725
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	16	457.364	499.406
Debêntures	16	2.014.161	2.116.453
Arrendamento financeiro	16	9.012	11.241
Subvenções governamentais	17	10.535	3.669
Obrigações com entidade de previdência privada	18	2.818.793	2.553.170
Provisão para processos judiciais e outros	20	299.507	315.408
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	22	15.731	14.004
Obrigações estimadas	19	720	1.114
Reserva de reversão		66.085	66.085
Outras obrigações	23	11.042	63.314
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		5.702.950	5.643.864
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	24.1	1.257.629	1.257.629
Reserva de capital	24.5	19.203	18.210
Outros resultados abrangentes/ajustes de avaliação patrimonial	24.5	174.615	407.819
Reserva de lucros:			
Reserva legal	24.3	235.573	235.573
Reserva estatutária	24.3	880.788	910.231
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.567.808	2.829.462
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.590.259	10.694.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Notas	2014	2013
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
CUSTOS OPERACIONAIS	27	10.557.279	9.012.207
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	28	(7.212.156)	(5.045.555)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	28	(271.673)	(251.096)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	28	(396.083)	(517.026)
Taxa de fiscalização		(15.900)	(19.795)
Custo de operação			
Pessoal e administradores		(678.759)	(506.531)
Entidade de previdência privada	18	(286.038)	(337.746)
Serviços de terceiros		(445.870)	(456.759)
Material		(42.886)	(46.209)
Custo de construção		(582.995)	(809.069)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	10	(16.925)	(16.925)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		(28.967)	(104.404)
Depreciação e amortização		(470.528)	(435.631)
Outros custos	29	(39.314)	(171.842)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(10.551.749)	(8.718.588)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)		5.530	293.619
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	30	328.648	398.073
Despesas financeiras	30	(504.882)	(364.858)
Variações cambiais, líquidas	30	(25.671)	(17.216)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		(201.905)	15.999
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(196.375)	309.618
Contribuição social	31	(23.791)	(25.641)
Imposto de renda	31	(61.917)	(67.070)
Contribuição social diferida	7/31	39.795	(4.956)
Imposto de renda diferido	7/31	110.541	(13.769)
TOTAL DOS TRIBUTOS		64.628	(111.436)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(131.747)	198.182
(Prejuízo) Lucro por ação básico e diluído:			
Por ação Ordinária	26	(0,74258)	1,11704
Por ação Preferencial	26	(0,81684)	1,22874

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	2014	2013
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			
Outros resultados abrangentes			
Ajuste de avaliação atuarial	18	(207.755)	1.489.871
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	7	70.637	(506.556)
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS		(268.865)	1.181.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2014	2013
Atividades operacionais:		
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(131.747)	198.182
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:		
Depreciação e amortização	470.528	435.631
Variações monetárias e cambiais	(24.908)	(19.406)
Atualização do ativo financeiro da concessão	(55.237)	(116.240)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	104.734	36.635
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	94.646	142.275
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	382.156	275.193
Fundo de pensão/plano de assistência - Deliberação CVM 695	282.517	319.207
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(67.835)	(71.690)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	59.730	87.353
Ganho de capital na alienação de ativos	(157.974)	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	150.336	14.004
Ações e opções de ações outorgadas	993	18.725
Variáveis nos ativos e passivos:		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(656.292)	161.538
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	12.837	198.485
Outros tributos compensáveis	36.183	47.312
Devedores diversos	(

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Reserva de capital			Reserva de lucros				
	Notas	Capital social	Opções de ações outorgadas	Outros resultados abrangentes/ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)		1.157.629	17.297	(490.580)	221.418	803.196	-	1.708.960
Resultado abrangente total:		-	-	-	-	-	198.182	198.182
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	1.489.871
Ajuste de avaliação atuarial		-	-	1.489.871	-	-	-	(506.556)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial		-	-	(506.556)	-	-	-	-
Transações com os acionistas:		-	-	-	-	-	-	-
Remuneração com base em ações	37	-	913	-	-	-	-	913
Dividendo mínimo obrigatório	25	-	-	-	-	-	(69.012)	(69.012)
Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados pelos acionistas - prescritos		-	-	-	-	-	7.104	7.104
Mutações internas do patrimônio líquido:		-	-	-	-	-	-	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(128.661)	-	-	128.661	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	43.745	-	-	(43.745)	-
Constituição de reserva legal	25	-	-	-	14.155	-	(14.155)	-
Constituição de reserva estatutária	25	-	-	-	-	207.035	(207.035)	-
Aumento de capital com parte da reserva estatutária	24.1	100.000	-	-	-	(100.000)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013		1.257.629	18.210	407.819	235.573	910.231	-	2.829.462
Resultado abrangente total:		-	-	-	-	-	(131.747)	(131.747)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(207.755)
Ajuste de avaliação atuarial		-	-	(207.755)	-	-	-	70.637
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial		-	-	70.637	-	-	-	-
Transações com os acionistas:		-	-	-	-	-	-	-
Remuneração com base em ações	37	-	993	-	-	-	-	993
Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados pelos acionistas - prescritos		-	-	-	-	-	6.218	6.218
Mutações internas do patrimônio líquido:		-	-	-	-	-	-	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(145.584)	-	-	145.584	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	49.498	-	-	(49.498)	-
AbSORção do prejuízo líquido do exercício com parte da reserva estatutária	25	-	-	-	-	(29.443)	29.443	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014		1.257.629	19.203	174.615	235.573	880.788	-	2.567.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia") é uma companhia de capital aberto, de direito privado, controlada diretamente pela AES Elpa S.A. e indiretamente pela Companhia Brasileira de Energia S.A. ("Brasiliãna"). A Brasiliãna por sua vez é uma controlada direta da The AES Corporation (sedada nos Estados Unidos da América). A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamoré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 27, taturou com fornecimento de energia 37.827 GWh e 37.474 GWh nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente, atendendo a aproximadamente 6,7 milhões de unidades consumidoras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos. Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente (vide nota explicativa 34.4 (b.4)).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Em 9 de fevereiro de 2015, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal. Com base na proposta do Conselho de Administração e na opinião do Conselho Fiscal, tais demonstrações contábeis foram submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não fazer precisamente os totais apresentados. **Reclassificações no resultado financeiro** A Companhia, para uma melhor apresentação, reclassificou as variações monetárias ativas e passivas para as rubricas de receita e despesa financeira, respectivamente, fixando apenas as variações cambiais em separado. Com o intuito de propiciar melhor comparabilidade das informações, a mesma reclassificação foi efetuada nas demonstrações do resultado e do valor adicionado referentes ao exercício de 2013. Todavia, os montantes reclassificados não são relevantes.

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base dos balanços.

3. Políticas contábeis e estimativas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual de receber caixa ou outro instrumento financeiro, direito contratual de troca de ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente favoráveis para a entidade, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade sob determinadas condições. Os principais ativos financeiros da Companhia estão descritos abaixo. Por sua relevância, o ativo financeiro da concessão e o ativo financeiro setorial, líquido, estão descritos nas notas explicativas nºs 3.3 e 3.19, respectivamente.

(a) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aquelles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica "investimentos de curto prazo". Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados nas aplicações financeiras, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não houve nenhuma alteração no valor justo.

(b) Consumidores, concessionárias e permissionárias e outras contas a receber (incluindo contas a receber de acordos)

A Companhia classifica os saldos de consumidores, concessionárias e permissionárias e outras contas a receber, como instrumentos financeiros "empréstimos e recebíveis". Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva ("custo amortizado"). Os recebíveis podem ser reduzidos por ajuste por créditos de liquidação duvidosa. Os saldos de contas a receber de consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica. Incluem ainda os saldos referentes ao uso do sistema de distribuição por clientes livres e de energia vendida no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - COEE.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, demonstrada na nota explicativa nº 10, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos e os saldos estão deduzidos nas rubricas do ativo que as originaram - vide notas explicativas nºs 5, 6, 8 e 9. O critério utilizado atualmente pela Companhia para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa é o seguinte:

Consumidores

- Classe residencial: consumidores com contas vencidas há mais de 90 dias;
- Classe comercial: consumidores com contas vencidas há mais de 180 dias;
- Classe industrial e rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, com contas vencidas há mais de 360 dias.

Serviços Prestados/Acordos/Outros Créditos

Os acordos de parcelamento de consumidores inadimplentes ("Termo de Confissão de Dívida - TCD") são provisionados pelo seu valor total, independente de existirem parcelas cujos valores ainda não estejam vencidos, e são revertidos quando da ocorrência de um dos seguintes eventos: (i) recebimento do valor de cada parcela negociada, sendo a reversão proporcionalmente realizada de acordo com o valor recebido e (ii) o montante amortizado for superior a 30% do total da dívida negociada e estiver adimplente, inclusive com os demais débitos, sendo a reversão total do valor ainda em aberto.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa inclui também, análise individual de contas julgadas de difícil recebimento pela Administração. As baixas de créditos por perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecer aos prazos e valores definidos pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/1996.

Os recebimentos de créditos referentes a contas a receber que foram baixados, por terem se enquadrado nos parâmetros de perdas, são registrados a crédito na rubrica de "Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa".

(d) Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são analisados, em bases anuais, para identificar eventuais mudanças que possam indicar redução no seu provável valor de recuperação (impairment). Os ativos são considerados irre recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento de maneira significativa ou prolongada.

(e) Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, a Companhia mantém esse ativo financeiro e reconhece um passivo por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2 Almoxarifado

Está valorizado ao custo médio de aquisição ou produção. As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. Estes estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de distribuição. Os materiais destinados às construções da infraestrutura vinculada à concessão da Companhia são classificados como intangíveis em curso.

3.3 Contrato de concessão (ativo financeiro e intangível da concessão)

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativos financeiros e ativos intangíveis. Os ativos da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível da concessão) são remunerados por meio do WACC regulatório, que consiste nos juros remuneratórios sobre o investimento realizado, os quais são incluídos na tarifa cobrada dos clientes da Companhia e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

De acordo, ainda, com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a Companhia verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada pela Companhia para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor. Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não há saldo registrado em outros resultados abrangentes uma vez que a Companhia concluiu que naquelas datas não havia diferença entre essas taxas.

Os ativos classificados como intangíveis representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

Os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão, o que gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois o menor.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo intangível da concessão em curso, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros capitalizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão apresentados na nota explicativa nº 30.

3.4 Imobilizado - arrendamento mercantil financeiro

Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado da Companhia em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não-circulante, conforme o caso. Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados ou amortizados de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dos dois o menor. O resultado na alienação é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo líquido da respectiva depreciação acumulada e é reconhecido no resultado do exercício.

3.5 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração (ativos não financeiros)

A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se existe um indicador de perda de valor recuperável, a Companhia efetua um teste de recuperação do valor contábil. A Companhia não possui ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas para os quais seriam requeridos testes de recuperação anual dos valores registrados.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). O gerenciamento dos negócios da Companhia considera uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável.

3.6 Provisões para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

3.7 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Conforme descrito na nota explicativa nº 34.2, a Companhia classifica fornecedores, empréstimos e financiamentos, subvenções governamentais, encargos tarifários e do consumidor a recolher, e dividendos e juros sobre capital próprio a pagar como passivos financeiros. Todos os passivos financeiros estão reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.

Liquidação de passivos financeiros

A Companhia líquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8 Derivativos embutidos

Os derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros ou contratos, quando existentes, são tratados como um derivativo quando seus riscos e características não forem estreitamente relacionados aos dos contratos principais e esses contratos não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não identificou nenhum derivativo embutido em seus contratos.

3.9 Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. As principais classes são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv a 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv;
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - Entre 2% a 5% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis.

3.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto devido é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas. A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requerem interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e bases fiscais de ativos e passivos. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requerem uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos de Administração da Companhia.

Na medida em que se torne provável haver lucros tributáveis futuros suficientes, a Companhia reconhece um acréscimo no imposto diferido ativo proporcionalmente a esses lucros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

3.11 Benefícios a empregados

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo método de crédito unitário projetado, líquido dos ativos garantidores do plano. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas (taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida etc) revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício, ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação atuarial.

O ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar (Fundação CESP). Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reembolso ou de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

3.12 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.13 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado como não circulante.

3.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas-base de elaboração das demonstrações contábeis da Companhia não havia ajustes significativos decorrentes de valor presente de ativos ou passivos.

3.15 Distribuição de dividendos

Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos à reserva de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores à data de transição. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da reavaliação reconhecida em exercícios anteriores, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra no passivo circulante o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra a proposta da Administração da Companhia de distribuição de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório como "proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido.

Com a conversão da MP 627/2013 na Lei nº 12.973/2014, algumas contravenções sobre tributação de dividendos foram mitigadas e, de acordo com o artigo 72 desse dispositivo legal, bem como artigo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.492/2014 que alterou o artigo 28 da Instrução Normativa RFB nº 1.397/2013, os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 01/01/2008 e 31/12/2013, em valores superiores àqueles obtidos com base nas antigas regras contábeis, estarão ainda isentos, independentemente de opção pela aplicação antecipada da lei ou da data de sua distribuição.

Em relação ao ano calendário de 2014, a Administração da Companhia, suportada por pareceres legais externos, entende que não há obrigatoriedade da tributação de eventual excesso do lucro líquido ajustado, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em relação aos resultados fiscais. Desta forma, o pagamento de dividendos está baseado nas regras contábeis e societárias vigentes, não havendo tributação quando da sua distribuição.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.18 Contratos de arrendamento

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.4, os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado da Companhia em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Nos contratos de arrendamento mercantil classificados como "operacional", pagamentos são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

3.19 Ativo e passivo financeiro setorial (anteriormente denominado de "Ativos e passivos regulatórios")

Em 10 de dezembro de 2014 foi assinado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao final do contrato de concessão, será indenizado para ou reembolsado pela Companhia.

O reconhecimento dos ativos/passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de "Parcela A" ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pelas ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo reajuste tarifário. O saldo por ciclos pode ser verificado na nota explicativa nº 35.

Em 9 de dezembro de 2014, através da Deliberação CVM nº 732, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovou a Orientação Técnica OCPC 08, tornando obrigatório o reconhecimento prospectivo de determinados ativos ou passivos financeiros setoriais pelas distribuidoras de energia elétrica. Com o advento do aditivo dos contratos de concessão, o CPC entende não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, a Companhia passou a reconhecer a partir de 10 de dezembro de 2014 os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações contábeis societárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou o saldo de ativo financeiro setorial líquido de R\$ 270.506 em contrapartida à receita operacional líquida (vide nota explicativa nº 27).

3.20 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento CPC 41 (IAS 33) - Resultado por ação.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade total de ações em circulação. O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais e às ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pelo método de "duas classes". O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

3.21 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

3.22 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Um evento que requeira modificação em uma estimativa é tratado prospectivamente. As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis são discutidas a seguir:

(a) Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. O plano de contribuição definida não gera para a Companhia obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar os benefícios. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas. Em relação ao plano de benefício definido, a Companhia avalia seu passivo com benefícios suplementares de aposentadoria através de avaliação atuarial realizada em bases anuais e quando necessário, em períodos intermediários, com a ajuda de consultores especializados em serviços atuariais. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir:

Taxa de desconto

De acordo com o pronunciamento CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, a taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado para títulos ou obrigações corporativas de alta qualidade. Se não houver mercado ativo desses títulos, devem ser usados os rendimentos de mercado relativos aos títulos do Tesouro Nacional.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Companhia considera as taxas dos títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente a duração da obrigação do benefício definido.

Taxa de mortalidade

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. A Fundação CESP testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial, benefícios e inflação

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos

De acordo com o pronunciamento CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, a taxa esperada de retorno de ativos do plano será a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

(b) Amortização do ativo intangível da concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois o menor.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012.

(c) Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.4, os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados de acordo com o menor entre a sua vida útil econômica estimada ou o prazo contratual do arrendamento mercantil.

(d) Provisão para processos judiciais e outros

De acordo com a nota explicativa nº 3.6, a Companhia constitui provisão para processos judiciais e outros com base na avaliação da probabilidade de perda.

As estimativas e premissas utilizadas no registro de provisões para processos judiciais e outros da Companhia são revisadas, no mínimo, trimestralmente.

(e) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia revisa, no mínimo, em bases anuais a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração (vide nota explicativa nº 3.5). O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC regulatório. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração estima que os valores contábeis serão recuperados através de suas operações futuras.

(f) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

(g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério referente à análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está descrito na nota explicativa nº 3.1 (c).

(h) Ativo financeiro da concessão

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.3, o ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período da concessão. O valor desse ativo financeiro é calculado com base na Base de Remuneração homologada pela ANEEL. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Companhia, cujo fluxo de caixa é suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e no preço das *commodities* relacionadas à infraestrutura.

A Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 4 anos, e somente nessa data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do VNR depreciado. Dessa forma nos períodos entre as datas de Revisão Tarifária, a Administração atualiza o ativo financeiro, utilizando o critério determinado pela ANEEL para atualização da Base de Remuneração entre os períodos de revisão, ou seja, aplica o IGP-M como fator de atualização do valor justo da Base de Remuneração. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, ou seja, atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela desse ativo imobilizado que não deve estar depreciado/amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL tempestivamente.

(i) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão descritos na nota explicativa nº 34.

(j) Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações, requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

3.23 Novos pronunciamentos, interpretações e orientações

Diversas normas entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não havendo mudanças significativas na sua adoção, com exceção à OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, que foi aplicada prospectivamente a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (vide nota explicativa nº 3.19), e à OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, também aplicada no referido exercício.

Os pronunciamentos e interpretações a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis:

- Revisão da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e alterações à IFRS 11 - Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto;
- IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas e IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes;
- Alterações às IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização, alterações às IAS 16 e IAS 41 - Agricultura: Plantas Produtivas, e alterações à IAS 19 - Planos de Benefícios Definidos: Contribuições dos Empregados;
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2010 - 2012 e Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2011 - 2013.

Os possíveis impactos decorrentes dessas adoções serão avaliados quando da emissão dos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Caixa e equivalentes de caixa:	2014	2013
Numerário disponível	6.859	7.132
Numerário em trânsito	113.975	55.897
CDB-DI (i)	15.106	–
Operação compromissada (i)	45.320	91.181
Subtotal	181.260	154.210
Investimentos de curto prazo:	2014	2013
CDB-DI (i)	198.512	84.422
Operação compromissada (i)	466.747	695.979
Títulos públicos (ii)	62.209	39.360
Fundo de investimento (i)	423	190
Subtotal	727.891	819.951
Total	909.151	974.161
(i) Certificados de depósitos bancários, fundo de investimentos e operações compromissadas foram remunerados em média, a 100,76% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (101,64% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013).		
(ii) Títulos públicos: correspondem a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, as quais são remuneradas a 100% da taxa SELIC.		

5. Consumidores, concessionárias e permissionárias

A composição do saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias é como segue:

	2014					
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido
		até 90 dias	mais de 90 dias			
CIRCULANTE						
Consumidores - fornecimento:						
Residencial	209.975	217.640	34.987	462.602	(49.626)	412.976
Industrial	48.602	30.516	13.183	92.301	(6.109)	86.192
Comercial	179.243	51.411	2.084	232.738	(11.099)	221.639
Rural	89	28	21	138	–	138
Poder público:						
Federal	2.698	2.239	179	5.116	(291)	4.825
Estadual	10.407	1.732	107	12.246	(4)	12.242
Municipal	13.618	3.325	1.863	18.806	(82)	18.724
Iluminação pública	15.363	785	253	16.401	–	16.401
Serviço público	18.476	257	5.944	24.677	(963)	23.714
Total - Faturado	498.471	307.933	58.621	865.025	(68.174)	796.851
Não faturado	587.482	–	–	587.482	–	587.482
Total	1.085.953	307.933	58.621	1.452.507	(68.174)	1.384.333
Concessionárias e permissionárias:						
Energia no curto prazo - CCEE	330.769	–	–	330.769	–	330.769
Encargos de uso da rede	60	–	–	60	–	60
Ressarcimento - leilões de energia	8.614	–	–	8.614	–	8.614
Total	339.443	–	–	339.443	–	339.443
Total - CIRCULANTE	1.425.396	307.933	58.621	1.791.950	(68.174)	1.723.776

	2013					
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido
		até 90 dias	mais de 90 dias			
CIRCULANTE						
Consumidores - fornecimento:						
Residencial	228.394	189.188	24.684	442.266	(34.380)	407.886
Industrial	72.816	19.421	11.387	103.624	(9.317)	94.307
Comercial	197.311	27.308	14.393	239.012	(16.168)	222.844
Rural	125	35	8	168	–	168
Poder público:						
Federal	3.423	786	122	4.331	(284)	4.047
Estadual	10.422	170	113	10.705	(17)	10.688
Municipal	11.519	2.387	1.368	15.274	(283)	14.991
Iluminação pública	12.816	1.774	289	14.879	(62)	14.817
Serviço público	16.946	81	9.487	26.514	(940)	25.574
Total - Faturado	553.772	241.150	61.851	856.773	(61.451)	795.322
Não faturado	408.930	–	–	408.930	–	408.930
Total	962.702	241.150	61.851	1.265.703	(61.451)	1.204.252
Concessionárias e permissionárias:						
Energia no curto prazo - CCEE	3.272	–	–	3.272	–	3.272
Encargos de uso da rede	61	–	–	61	–	61
Ressarcimento - leilões de energia	4.427	–	–	4.427	–	4.427
Total	7.760	–	–	7.760	–	7.760
Total - CIRCULANTE	970.462	241.150	61.851	1.273.463	(61.451)	1.212.012

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - vide nota explicativa nº 10.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

Na condição de prestadora de serviço público de distribuição, a Companhia deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação à infraestrutura da concessão.

6. Tributos e contribuições sociais compensáveis

	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		
CIRCULANTE		
Contribuição social	3.254	6.048
Imposto de renda	8.790	17.939
Imposto de renda retido na fonte	7.334	9.978
Total	19.378	33.965

Outros tributos compensáveis

	2014	2013
CIRCULANTE		
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	81	1.509
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	71.040	64.392
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - Diferença alíquota - Condomínios - nota explicativa nº 23	25.026	44.634
ICMS - compra de créditos (*)	8.850	11.400
COFINS	4.404	13.054
PIS	955	2.830
Outros	164	164
Subtotal	110.520	137.983
INSS - auxílio doença - nota explicativa nº 10	–	(1.429)
Saldo líquido de PCLD NÃO CIRCULANTE	110.520	136.554
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	40.780	49.500
Subtotal	40.780	49.500
Total	151.300	186.054

(*) Compra de créditos acumulados de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, pela Companhia, em consonância com o Artigo 84 do Decreto nº 45.490/2000 e autorização concedida pela Secretaria Estadual da Fazenda - SEFAZ, para compensação de ICMS que a Companhia recolherá para a SEFAZ-SP.

7. Tributos e contribuições sociais diferidos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Rubricas de origem	Saldo inicial 31.12.2013	Provisões	Reversões	Baixa para perdas	Saldo final 31.12.2014
CIRCULANTE:					
Consumidores - nota explicativa nº 5	(61.451)	(165.568)	69.144	89.701	(68.174)
Outros créditos - serviços prestados - nota explicativa nº 9	(1.628)	(4.044)	657	4.144	(871)
Contas a receber - acordos - nota explicativa nº 8	(143.701)	(38.199)	24.846	43.960	(113.094)
INSS - auxílio doença - nota explicativa nº 6	(1.429)	-	1.429	-	-
Total	(208.209)	(207.811)	96.076	137.805	(182.139)
NÃO CIRCULANTE:					
Contas a receber - acordos - nota explicativa nº 8	(23.679)	-	7.001	-	(16.678)
Total	(23.679)	-	7.001	-	(16.678)
Total geral	(231.888)	(207.811)	103.077	137.805	(198.817)

Rubricas de origem	Saldo inicial 31.12.2012	Provi- sões	Rever- sões	Transfe- rências	Baixa para perdas	Saldo final 31.12.2013
CIRCULANTE:						
Consumidores - nota explicativa nº 5	(91.773)	(102.690)	22.778	-	110.234	(61.451)
Outros créditos - serviços prestados - nota explicativa nº 9	(1.554)	(4.593)	-	-	4.519	(1.628)
Contas a receber - acordos - nota explicativa nº 8	(175.258)	(115.468)	102.763	-	44.262	(143.701)
Contas a receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 8	(19.143)	(3.112)	27.771	(5.516)	-	-
INSS - auxílio doença - nota explicativa nº 6	(1.963)	-	534	-	-	(1.429)
Total	(289.691)	(225.863)	153.846	(5.516)	159.015	(208.209)
NÃO CIRCULANTE:						
Contas a receber - acordos - nota explicativa nº 8	(27.527)	(4.251)	8.099	-	-	(23.679)
Contas a receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 8	(37.050)	(1.762)	33.296	5.516	-	-
Total	(64.577)	(6.013)	41.395	5.516	-	(23.679)
Total geral	(354.268)	(231.876)	195.241	-	159.015	(231.888)

A Companhia apresenta a seguir a movimentação e o efeito no resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2014	2013
Provisões		(207.811)
Reversões		103.077
Receita com recuperação de perdas (*)		24.154
Despesa com PCLD	(80.580)	(16.925)

(*) Referem-se a recebimentos de valores de contas a receber já baixados como perda.

11. Contratos de concessão público - privado

	2014	2013
Ativo financeiro		
Ativo financeiro da concessão	1.980.753	1.386.931
Intangível		
Ativo intangível da concessão - nota explicativa nº 13	5.045.454	5.722.928
Total dos contratos de concessão público - privado	7.026.207	7.109.859

	Ativo financeiro da concessão	Atualização do ativo financeiro da concessão	Total do ativo financeiro da concessão
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.197.056	(15.119)	1.181.937
Adições provenientes do ativo intangível em curso	97.287	-	97.287
Baixas	(8.533)	-	(8.533)
Atualização monetária - nota explicativa nº 30	-	116.240	116.240
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.285.810	101.121	1.386.931
Adições provenientes do ativo intangível em curso	555.458	-	555.458
Baixas	(16.873)	-	(16.873)
Atualização monetária - nota explicativa nº 30	-	55.237	55.237
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.824.395	156.358	1.980.753

Características do contrato de concessão da Companhia

Em 15 de junho de 1998, a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual estabelece as condições para a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a Companhia deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL deve manifestar-se até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e a revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

Os bens de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Companhia concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre na mesma data a cada 4 anos.

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

12. Imobilizado - arrendamento mercantil financeiro

No grupo do ativo imobilizado são apresentados os bens que não estão no escopo do ICPC 01, sendo eles:

Em Serviço	Taxa média anual de depreciação	2014	2013
Custo histórico			
Arrendamento financeiro		32.396	33.342
Depreciação acumulada			
Arrendamento financeiro	25%	(21.296)	(18.762)
Total do ativo imobilizado		11.100	14.580

Os bens do ativo imobilizado classificados como arrendamento mercantil financeiro referem-se basicamente a veículos, equipamentos de informática e aluguel de edificações.

13. Intangível

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

Ativo intangível da concessão	2014	2013
Ativo intangível - custo	6.895.634	7.262.325
Amortização acumulada	(1.850.180)	(1.539.397)
Total do ativo intangível da concessão	5.045.454	5.722.928

O saldo do intangível refere-se substancialmente ao direito de uso da infraestrutura da concessão, que é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos.

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Em curso		Em serviço		Ativo intangível	Amortização acumulada	Total do ativo intangível da concessão
	Intangível	(-) Obrigações especiais	Intangível	(-) Obrigações especiais			
Saldos em 31 de dezembro de 2012	921.895	(189.486)	6.941.071	(678.138)	6.995.342	(1.238.140)	5.757.202
Adições	808.190	(240.927)	6.418	-	573.681	(469.761)	103.920
Baixas	-	-	(209.591)	180	(209.411)	130.652	(78.759)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	-	-	37.852	37.852
Transferências	(501.955)	141.057	343.601	(79.990)	(97.287)	-	(97.287)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.228.130	(289.356)	7.081.499	(757.948)	7.262.325	(1.539.397)	5.722.928
Adições	564.809	(148.014)	6.512	-	423.307	(510.515)	(87.208)
Baixas	-	-	(276.346)	41.806 ^(*)	(234.540)	157.210	(77.330)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	-	-	42.522	42.522
Transferências	(1.300.828)	68.980	713.184	(36.794)	(555.458)	-	(555.458)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	492.111	(368.390)	7.524.849	(752.936)	6.895.634	(1.850.180)	5.045.454

(*) A maior parte do valor refere-se à transferência das instalações de iluminação pública para os municípios, conforme procedimentos estabelecidos pela Resolução Normativa nº 480/2012 da ANEEL. A Companhia realizou a baixa do valor contábil e amortização acumulada destas instalações em contrapartida à baixa do valor de obrigações especiais e respectiva amortização.

14. Fornecedores

	2014	2013
CIRCULANTE		
Itaipu	234.128	212.179
Contratos bilaterais - AES Tietê - nota explicativa nº 32	296.028	228.534
Contratos bilaterais - outros	-	146
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	189.652	107.885
Lelão - CCEAR	387.737	254.188
Energia livre - outros	74.549	67.297
Uso de rede básica	73.530	50.048
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	35.418	42.985
Conexão à rede básica	3.676	3.333
Transmissão	3.814	3.532
Uso do sistema de distribuição	1.043	1.337
Operador Nacional do Sistema - ONS	3.513	2.854
Subtotal	1.303.088	974.138
Materiais e serviços	254.487	178.762
Materiais e serviços - partes relacionadas - nota explicativa nº 32	3.859	2.093
Total	1.561.434	1.154.993

15. Tributos a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar	2014	2013
CIRCULANTE		
Imposto de renda	13.272	18.698
Contribuição social	5.846	7.717
Total	19.118	26.415

Outros tributos a pagar	2014	2013
CIRCULANTE		
Tributos Federais		
PIS	10.129	7.064
COFINS	46.656	32.536
INSS	10.562	11.182
IRRF	565	635
Outros	1.174	1.244
Subtotal - Federais	69.086	52.661
Tributos Estaduais		
ICMS	255.434	197.544
ICMS - parcelamento (*)	226.128	-
ICMS - perdidas comerciais	-	6.166
Subtotal - Estaduais	481.562	203.710
Tributos Municipais		
ISS	901	934
Subtotal - Municipais	901	934
Total - Outros tributos a pagar	551.549	257.305

(*) O Governo de São Paulo aprovou os pedidos de parcelamento de ICMS solicitados pela Companhia no valor de R\$ 100.000 cada, relativos aos períodos de apuração de agosto, setembro e outubro de 2014, respectivamente, conforme previsto no Artigo 570 do Decreto nº 45.490/2000. A amortização é realizada em 12 parcelas mensais e consecutivas, com incidência de multa de 2% sobre o principal, acrescidas de juros de 1% ao mês. O saldo total de R\$ 226.128, registrado no balanço da Companhia, demonstra a posição em 31 de dezembro de 2014, conforme abaixo:

Parcelamento	Valor consolidado	Juros	Amortizações	Saldo em 31.12.2014
ICMS	300.000	7.691	(81.563)	226.128

16. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro

16.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures não conversíveis e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

Venci- mento	Taxa efetiva (%)	2014						
		Encar- gos	Circulante			Não Circulante		
			Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total
Empréstimos e financiamentos								
Moeda nacional:								
RELUZ - Eletrobrás - SBC - a.7	2015	5,00	-	440	-	440	-	-
BNDES FINAME - a.8	2016	8,70	8	1.528	-	1.536	637	637
FINPEP (*) - a.9	2020	4,00	106	3.620	-	3.726	44.270	44.270
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a.10	2019	CDI+2,41	5.904	60.000	(3.494)	62.410	420.000	(7.543)
Outros			275	-	-	275	-	-
Total			6.293	65.588	(3.494)	68.387	464.907	(7.543)
Debêntures								
Debêntures - 9ª emissão - a.1	2018	CDI+2,98	11.039	75.000	(3.552)	82.487	175.000	(4.930)
Debêntures - 11ª emissão - a.2	2018	CDI+2,24	4.090	-	(798)	3.292	200.000	(1.706)
Debêntures - 13ª emissão - a.3	2020	CDI+2,28	5.645	40.000	(2.074)	43.571	320.000	(5.343)
Debêntures - 14ª emissão - a.4	2021	CDI+1,90	6.512	-	(1.540)	4.972	600.000	(9.345)
Debêntures - 15ª emissão - a.5	2018	CDI+1,98	20.692	-	(4.636)	16.056	750.000	(9.515)
Debêntures - 16ª emissão - a.6	2015	CDI+2,52	19.907	350.000	(275)	369.632	-	-
Total			67.885	465.000	(12.875)	520.010	2.045.000	(30.839)
Arrendamento financeiro								
Arrendamento financeiro - a.12		8,40 a 13,90	-	2.958	-	2.958	9.012	-
Total			-	2.958	-	2.958	9.012	-
Total da dívida			74.178	533.546	(16.369)	591.355	2.518.919	(38.382)

Venci- mento	Taxa efetiva (%)	2013						
		Encar- gos	Circulante			Não Circulante		
			Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total
Empréstimos e financiamentos								
Moeda nacional:								
RELUZ - Eletrobrás - SBC - a.7	2015	5,00	-	881	-	881	440	-
BNDES FINAME - a.8	2016	8,70	13	1.528	-	1.541	2.164	-
FINPEP (*) - a.9	2020	4,00	65	4.182	-	4.247	27.838	-
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a.10	2019	CDI+2,41	5.562	60.000	(3.766)			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Passivo					Saldo final 31.12.2013
	Saldo inicial 31.12.2012	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	
Trabalhista	280.693	91.057	11.180	(60.288)	(51.777)	270.865
Plano cruzado - reajuste de tarifa	16.049	343	1.876	(800)	(1.277)	16.191
Processos civéis	40.487	30.525	6.820	(17.091)	(4.992)	55.749
Processos regulatórios	68.935	13.400	5.390	(28.146)	(5.285)	54.294
Processos administrativos - prefeituras	725	-	21	(260)	(14)	472
Processos fiscais	49.716	10.802	2.163	(202)	(1.990)	60.489
Meio ambiente	5.477	33.322	-	(13.775)	-	25.024
Outros	23.085	871	-	-	(160)	23.796
Total geral	485.167	180.320	27.450	(120.562)	(65.495)	506.880
Circulante	170.119	-	-	-	-	191.472
Não circulante	315.148	-	-	-	-	315.408
Total geral	485.167	-	-	-	-	506.880

- a) **Trabalhista:** A Companhia é demandada por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados em cerca de 4.939 processos (5.011 processos em 31 de dezembro de 2013) pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2020.
- b) **Plano cruzado - reajuste de tarifa:** Referem-se a processos movidos contra a Companhia por consumidores individuais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1986. Atualmente os processos dessa natureza sem trânsito em julgado prosseguem com relação à parcela controversa da matéria, resultante da diferença de cálculo apresentado pelas partes, com provisão no montante de R\$ 15.864 (R\$ 16.191 em 31 de dezembro de 2013). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2017.
- c) **Processos civéis:** A Companhia está atualmente envolvida em processos judiciais civéis de natureza geral e especial e, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece prováveis para os valores das demandas que são passíveis de quantificação e tem suas chances de perda avaliadas como prováveis. Em 31 de dezembro de 2014 tais demandas respondem pela provisão de R\$ 32.323 (R\$ 55.749 em 31 de dezembro de 2013). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2017. Os processos judiciais civéis de natureza geral em que a Companhia figura no polo passivo envolvem ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral. Atualmente tais demandas respondem pela provisão de R\$ 21.642 (R\$ 26.999 em 31 de dezembro de 2013). Os processos judiciais civéis de natureza especial envolvem questões decorrentes do relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos, bem como questões que envolviam a agente fiscalizadora, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 10.681 (R\$ 28.750 em 31 de dezembro de 2013). Dentre os casos que compõe os denominados civéis de natureza especial, merecem destaque as demandas:

- (c.1) **Represa Guarapiranga**
Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural Eletropaulo visando a reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as Rês, solidariamente, ao cumprimento de obrigação de fazer, visando à implementação de medidas de reparação ambiental, bem como à demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na perícia técnica realizada. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à primeira instância, tendo o Ministério Público requerido o cumprimento da sentença. Após determinação do juízo, a Companhia esclareceu que pretendia cumprir a condenação alternativa por meio de doação de área verde em zona de manancial do Estado de São Paulo. Igualmente, requereu que a EMAE, na qualidade de proprietária do imóvel, fosse intimada a ingressar no processo, para que seja cumprida a parte da decisão judicial que determinou as demolições, regularizações e plantios na área ocupada pela Associação Desportiva Cultural Eletropaulo.
- (c.2) **AIT Central**
Em 2 de fevereiro de 2000, a AIT - Automação Industrial Informática e Telecomunicação Ltda. ("AIT") ajuizou ação de rescisão contratual cumulada com pedido de indenização contra a Companhia, onde alega o descumprimento contratual por parte da mesma, que teria abandonado a relação contratual, pelo que requereu a rescisão do contrato, pagamento de multa, bem como o pagamento de indenização pelos danos sofridos (lucros cessantes e danos emergentes). Em 9 de abril de 2014, foi homologado judicialmente acordo firmado entre as partes para encerramento dessa ação, bem como da outra ação em que as partes litigam (AIT - Santo Amaro). Por meio do acordo, a Companhia pagou à AIT a quantia total de R\$ 25.000, dos quais R\$ 20.916 já se encontravam depositados judicialmente em razão de penhora. O pedido de desistência da AIT apresentado no processo que tramita em Santo Amaro foi homologado e o depósito judicial foi levantado pela AIT. Em 18 de junho de 2014, a Companhia efetuou o pagamento da diferença (cerca de R\$ 4.084). Na data de 31 de dezembro de 2014, o processo encontra-se encerrado.

- d) **Processos regulatórios:**
d.1) A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0337/TN 2060/2010, em 14 de julho de 2011, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 26.761 é decorrente de ação fiscalizadora que ocorreu no período de 21 de junho de 2010 a 2 de julho de 2010. Trata-se de fiscalização técnica periódica realizada com o objetivo de verificar os processos de qualidade técnica no fornecimento de energia elétrica, do planejamento, operação e manutenção de redes, das linhas e subestações nos anos de 2008, 2009 e parte do ano de 2010. Em 7 de novembro de 2013, em juízo de reconsideração, a ARSESP decidiu reduzir parcialmente o montante da penalidade aplicada para R\$ 16.939. A Companhia aguarda decisão de recurso ainda pendente de julgamento na ANEEL. Baseada em análises dos assessores legais, a Companhia decidiu ajustar o montante provisionado para R\$ 16.939, que atualizado até 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 23.167 (R\$ 20.888 em 31 de dezembro de 2013).
- d.2) A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 008/2012-SFF, em 2 de abril de 2012, da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica no montante de R\$ 136.773. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora no Ativo Imobilizado, ocorrida no período de 7 de dezembro de 2010 a 4 de fevereiro de 2011, que impacta a Base de Remuneração Regulatória a qual é utilizada pela ANEEL para calcular a tarifa cobrada de clientes. A Administração da Companhia, baseada em análises preliminares, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 18.259 (R\$ 16.463 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia em 18 de abril de 2012 apresentou recurso e aguarda o julgamento da ANEEL.
- d.3) A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 122/2012-SFF, em 19 de dezembro de 2012, da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora na Base de Remuneração Regulatória - Ativo Imobilizado em Serviço, no montante de R\$ 126.379. A Administração da Companhia, baseada em análises preliminares, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 10.419 (R\$ 9.394 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia em 2 de janeiro de 2013 apresentou recurso e aguarda julgamento da ANEEL.
- d.4) A Companhia está envolvida em outros processos regulatórios, para os quais está provisionado o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 6.634 (R\$ 7.549 em 31 de dezembro de 2013). Estes processos referem-se a: (i) Termos de Notificações da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e (ii) Autos de Infração da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os processos regulatórios serão concluídos até 2015.
- e) **Processos Administrativos - prefeituras:** Existem processos de natureza administrativa de prefeituras. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável. A Companhia mantém provisão de R\$ 523 (R\$ 472 em 31 de dezembro de 2013). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2016.
- f) **Processos fiscais:** Existem processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destaca, no âmbito municipal, a existência de casos de IPTU, taxas e multas posturais, enquanto no âmbito federal processos que versam sobre ILL, autuações relativas a INSS, bem como a incidência de IRPJ e CSLL sobre juros moratórios. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável, os quais em 31 de dezembro de 2014 montam R\$ 71.385 (R\$ 60.489 em 31 de dezembro de 2013). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2021.
- g) **Processos ambientais:** Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável. Em 31 de dezembro de 2014, tais demandas respondem pela provisão de R\$ 12.708 (R\$ 25.024 em 31 de dezembro de 2013). A Administração da Companhia estima que os atuais processos serão concluídos até 2016. Dentre os casos provisionados, merecem destaque as demandas relacionadas à contaminação de solo e água subterrânea, conforme seguem:
- g.1) **Complexo Cambuci:** Estudos ambientais foram iniciados em 2005 para avaliação de qualidade do solo e água subterrânea. Após confirmação da contaminação, foi dada continuidade aos estudos e às ações de remediação. Em 2012, foi assinado o compromisso de venda do imóvel, com a obrigação contratual de entrega da área remediada. Em 2013, foram elaborados novos estudos considerando o uso futuro da área, que apontaram as ações de intervenção necessárias para encerramento da remediação, que deverá ser concluída em 2016. Em 2014 foram realizadas etapas de remediação e campanhas de monitoramento na área, as quais permitiram a assinatura da escritura pública de venda de imóvel, transferindo definitivamente a propriedade e posse. Em 2015, a Companhia estima pequenas ações ambientais a serem realizadas por solicitação da CETESB e novas campanhas de monitoramento.
- g.2) **Miguel Nunes:** Estudos ambientais foram iniciados em 2009 para avaliação do solo e água subterrânea. Após confirmação da contaminação, foi dada continuidade aos estudos para identificação e foi constatada a presença de resíduos domésticos enterrados e entulho (dispostos clandestinamente em área anterior à concessão), exigindo o detalhamento dos estudos visando a quantificação, o qual foi realizado em dezembro de 2013 e confirmou a necessidade de remoção do lixo enterrado. A Companhia iniciou em fevereiro de 2014 a remoção e destinação do solo impactado com resíduos depositados na área com previsão de término em 2015.
- g.3) **Estações Transmissoras de Distribuição (ETDs):** A Companhia iniciou, em 2007, processos de regularização ambiental de obras para melhoria e ampliação de subestações. Estes processos exigem uma investigação ambiental das condições do solo e água subterrânea acompanhados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SMA, conforme procedimentos estabelecidos pela CETESB. Durante as atividades de investigação, foram identificados, em parte dos imóveis, contaminantes no solo e água subterrânea, sendo necessária a adoção de ações de remediação ambiental. Novos processos foram abertos em 2013 em decorrência da ampliação das subestações, gerando a necessidade de remediação e/ou monitoramentos. Novas etapas de monitoramento ocorrerão em 2015.

- 20.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível**
A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, os quais não foram divulgados em função de ter sido estabelecido o montante mínimo de R\$ 10.000 para fins de divulgação. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

	Valor estimado da contingência	
	2014	2013
(20.2.1) Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986	1.554.811	1.434.214
(20.2.2) Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública	Não determinado	Não determinado
(20.2.3) Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais	Não determinado	Não determinado
(20.2.4) Revisão Tarifária - Inclusão Benefício Fiscal	Não determinado	Não determinado
(20.2.5) Atuação Civil Pública - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	55.408	55.408
(20.2.6) Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRAEE e ANDEC	Encerrado	Não determinado
(20.2.7) Ação Popular - Maruzan Conrado	28.488	21.112
(20.2.8) Ecovias - Uso do solo	28.488	21.112
(20.2.9) AIT - Santo Amaro	Encerrado	114.480
(20.2.10) Ação Civil Pública - City Boaçava	Não determinado	Não determinado
(20.2.11) Ação Civil Pública - ETD Panorama	Não determinado	Não determinado
(20.2.12) Ação Civil Pública - Suspensão do Fornecimento	11.462	10.147
(20.2.13) Ação Civil Pública - Contas Vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
(20.2.14) Recolhimento do FGTS	112.902	105.247
(20.2.15) PASEP - Suspensão de Exigibilidade	39.722	39.183
(20.2.16) NFLDs - Execuções Fiscais	31.384	38.224
(20.2.17) CSLL - Base Negativa	123.045	116.894
(20.2.18) Execuções Fiscais Municipais - Diversas	88.300	53.460
(20.2.19) PIS - Decretos nºs 2445/88 e 2449/88	49.394	49.394
(20.2.20) PIS - Estatuto da Decadência	214.146	208.679
(20.2.21) Ação Civil Pública - Restabelecimento de Energia Elétrica	3.009	Não determinado
(20.2.22) Finsocial	171.744	160.737
(20.2.23) COFINS - Anistia	144.802	141.272
(20.2.24) Ações Anulatórias - Multas de Trânsito	51.894	41.666
(20.2.25) COFINS - Multa de Ofício	221.631	-
(20.2.26) PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	116.031	-
(20.2.27) Devolução tarifária - Base Blindada	489.277	629.798

- (20.2.1) Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986**
Em novembro de 1986 a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo Estatal), obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 empréstimo das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). Tendo em vista os questionamentos que surgiram acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado e a impossibilidade de se chegar a um entendimento com a Eletrobrás, em dezembro de 1988 a Eletropaulo Estatal propôs Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás. Ao propor a demanda acima mencionada, a Eletropaulo Estatal realizou o depósito judicial do valor que apurou como representativo do saldo devedor, para o qual não houve composição pelo valor principal acrescido de correção monetária anual. Após apresentar a sua defesa na Ação de Consignação em Pagamento, em abril de 1989 a Eletrobrás ajuizou Ação de Cobrança contra a Eletropaulo Estatal perante a 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro (5ª Vara Cível), fundamentando seu pedido de cobrança na alegação de que os valores depositados na Ação de Consignação não estavam de acordo com os termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que este, de acordo com a interpretação da Eletrobrás, previa correção monetária mensal do valor principal e não anual conforme sustentado pela Eletropaulo Estatal. Durante o andamento de ambas as ações, foi firmado o Protocolo de Cisão em 22 de dezembro de 1997, onde a Eletropaulo Estatal foi cindida em 4 (quatro) empresas, quais sejam: atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (Companhia), Bandeirante Energia S.A. (Bandeirante), Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) e Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. (EPTE), sendo que esta última acabou por ser incorporada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP). Em abril de 1999, a 5ª Vara Cível, em decisão de primeira instância, julgou tanto a Ação de Cobrança como a Ação de Consignação em Pagamento em favor da Eletrobrás, reconhecendo, na primeira ação, que a correção monetária do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 é mensal e, na segunda ação, que o valor depositado pela Eletropaulo Estatal não estava de acordo com os termos do mencionado Contrato. Em setembro de 2001, a Eletrobrás iniciou Ação de Execução, também na 5ª Vara Cível, e, com base no seu entendimento dos termos constantes do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal exigiu, em termos proporcionais da Companhia (90,11%) e da CTEEP (9,89%) os valores que lhes teriam sido transferidos como passivo. Por conta de tal posicionamento, foi exigido da CTEEP o pagamento de valor correspondente ao depositado na Ação de Consignação em Pagamento (valor principal do Contrato de Financiamento acrescido de correção monetária anual) e da Companhia de valor estimado de R\$ 1.554.811 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.434.214 em 31 de dezembro de 2013), quantia que representa a diferença entre a correção anual e a correção mensal do Contrato de Financiamento. Em novembro de 2002, em decisão de primeira instância, a 5ª Vara Cível não acolheu os argumentos da Companhia e a manteve como parte do processo, sendo que desta decisão foi apresentado Recurso perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). Em setembro de 2003 o TJRJ acolheu todos os argumentos levados pela Companhia, acabando por reconhecer, com base no Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal, que a Companhia não seria responsável pela quitação do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que o passivo por ele representado teria sido verificado à EPTE, empresa incorporada pela Eletrobrás. Tendo em vista a decisão que lhes foi desfavorável a Eletrobrás em dezembro de 2003, e a CTEEP em março de 2004, apresentaram Recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) com vistas a reformar a decisão do TJRJ. Sem adiantar os méritos dos processos ou nas disposições do Contrato de Financiamento, em junho de 2006 o STJ reverteu a decisão que eximia a Companhia de qualquer responsabilidade pelos débitos discutidos no processo e, a excluda da relação litigiosa. De acordo com a mencionada Corte Superior, o litígio entre as partes requer ampla dilação probatória e a apreciação de questões através de procedimento que não a Execução de Pré-Executiva Interposta e, por tal motivo, o processo deveria retornar à primeira instância (5ª Vara Cível) para uma completa análise das questões que envolvem as três empresas (Companhia, CTEEP e Eletrobrás), o Contrato de Financiamento e o Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal. Contra esta decisão perante o STJ foram apresentados, em dezembro de 2006, "Embargos de Declaração" e, em abril de 2007, "Embargos de Divergência" e "Recurso Extraordinário", sendo que todos os recursos foram decididos contra a Companhia. Tendo sido apresentados todos os recursos cabíveis, tanto no STJ como no STF, e não cabendo qualquer outra medida, o processo foi devolvido à primeira instância (5ª Vara Cível). Paralelamente, em fevereiro de 2008, a CTEEP ajuizou Ação Ordinária contra a Companhia e a Eletrobrás perante a 5ª Vara Cível, sendo que o referido processo visa a obtenção de decisão que reconheça a CTEEP como não responsável pelo pagamento de qualquer quantia que esteja sendo cobrada pela Eletrobrás em virtude das ações que tiveram por objeto a discussão dos termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986. Em setembro de 2008, a Companhia apresentou sua defesa, sendo que tal demanda no momento se encontra suspensa para análise de questões referentes ao local correto para julgamento do feito. No dia 17 de abril de 2009, com base no Código de Processo Civil Brasileiro (CPC), a Eletrobrás solicitou que seja iniciado o procedimento judicial de "Liquidação de Sentença por Arbitramento" perante a 5ª Vara Cível, procedimento este que visa auferir o valor em discussão através de trabalho a ser realizado por perito judicial. Em 26 de maio de 2009, a Companhia apresentou manifestação concordando com a apuração de valores através de cálculos por Liquidação de Sentença, mas ressaltando que neste processo a forma mais adequada para apuração de valores seria a Liquidação de Sentença por Artigos, e não por Arbitramento, como sugerido pela Eletrobrás, na medida em que diversos dos pontos do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal devem ser analisados em sua plenitude, já que não foram observados pela sentença de 1999, em especial toda e qualquer questão relativa a qual das empresas

cindidas (Companhia e/ou CTEEP) cabe a responsabilidade pelo pagamento.

Em 25 de fevereiro de 2010 a D. Juíza da 5ª Vara Cível acolheu o pedido de Liquidação de sentença por Arbitramento, sendo que em vista dos termos da mencionada decisão, a Companhia apresentou Embargos de Declaração à 5ª Vara Cível postulando que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, e a Eletrobrás apresentou impugnação à nomeação do perito, sendo que ambos foram rejeitados pela D. Juíza da 5ª Vara Cível em 4 de março de 2010.

Contra a rejeição de seu recurso, em 31 de março de 2010, a Companhia apresentou Agravo de Instrumento perante o TJRJ, o qual foi acolhido em 15 de abril de 2010, para determinar a ampla produção de provas acerca dos fatos que norteiam a responsabilidade pelo pagamento do débito, restando decidido que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, conforme requerido pela Companhia. Em 28 de abril de 2010 a Eletrobrás ofereceu recurso perante o TJRJ objetivando o reconhecimento da suspensão do perito, sendo tal recurso reconhecido como prejudicado pelo TJRJ em 14 de maio de 2010, em virtude da decisão que acolheu o recurso apresentado pela Companhia. Isso se deu em virtude do fato de que o procedimento de liquidação de sentença deverá ser reiniciado perante a 5ª Vara Cível. Em março de 2011 a Companhia tomou conhecimento que, em 6 de dezembro de 2010, a Eletrobrás teria solicitado a iniciação do processo de liquidação e que por tal motivo, o processo teria sido submetido à análise da 5ª Vara Cível. Em julho de 2011 a 5ª Vara Cível determinou que a Companhia e a CTEEP apresentassem suas respostas ao pedido de início da liquidação por artigos, o que foi respondido pela Companhia em 10 de agosto 2011 e pela CTEEP em 26 de julho de 2011.

Em dezembro de 2012, foi proferida decisão de 1ª instância julgando antecipadamente a liquidação por artigos, atribuindo à Companhia a responsabilidade pelo pagamento do saldo de correção monetária, referente ao contrato de financiamento ECF 1.046/1986, firmado com a Eletrobrás. Tal decisão não considerou a ordem para que fosse realizado o procedimento de liquidação da sentença com ampla produção de provas, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), bem como desconsiderou o pedido de produção de provas apresentado pelas partes. Contra a decisão acima referida, em 7 de janeiro de 2013, a Companhia apresentou recurso ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pedindo a imediata suspensão da execução, bem como a posterior anulação da decisão, para que seja determinada a realização de ampla produção de provas, inclusive pericial.

Em 21 de janeiro de 2013, tornou-se pública a liminar concedida pelo Desembargador Carlos Santos de Oliveira, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ("Liminar"), acatando pedido preliminar do recurso interposto pela Companhia contra a decisão proferida em 12 de dezembro de 2012, pela 5ª Vara da Comarca do Rio de Janeiro no processo nº 0010021-13,1989.8,19.0001, com a concessão da Liminar, o procedimento de primeira instância ficou suspenso, aguardando o julgamento da Companhia.

Em 7 de fevereiro de 2013, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro deu provimento integral ao recurso da Companhia, anulando integralmente a decisão de 1ª instância que atribuiu à Companhia a responsabilidade pelo pagamento do débito, confirmando sua decisão anterior que suspendeu o procedimento da execução. Não houve a interposição de recursos pela Eletrobrás e pela CTEEP contra esta decisão. O processo foi retomado em 1ª instância para que se prossiga com a análise das questões técnicas e jurídicas, assim como realização de perícia contábil. Em 20 de fevereiro de 2014, foi nomeado o perito judicial, tendo sido as partes intimadas a apresentar seus quesitos e indicação de assistente técnico, o que foi feito pela Companhia em março de 2014. Em 28 de março de 2014, a CTEEP indicou seu assistente técnico e apresentou seus quesitos a serem respondidos pelo perito judicial. Em 6 de setembro de 2014, o perito judicial apresentou petição aceitando a nomeação, assim como suas respostas, e aguardando o julgamento pela Eletrobrás. Em 23 de outubro de 2014, considerando que todas as partes concordaram com a proposta de honorários do perito judicial, o juízo ordenou que fosse realizado o depósito do valor, a ser feito pela Eletrobrás em uma conta judicial, a fim de iniciar a perícia judicial. Em 24 de novembro de 2014, a Eletrobrás protocolou petição comprovando o depósito do valor dos honorários periciais. Em 27 de novembro 2014, o perito contábil retirou os autos para início dos trabalhos, com a reversão da decisão desfavorável à Companhia, a estimativa é que os trabalhos periciais não se encerrarem em um prazo inferior a seis meses a ser contado do seu início. Ao final dos trabalhos, caberá ao perito apontar o montante da dívida e o responsável pelo pagamento.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença, e se forem apurados valores a serem pagos pela Companhia, a Eletrobrás poderá reiniciar o processo de execução contra a Companhia, sendo que, quando tal fato acontecer, para que a Companhia possa se defender, será necessário apresentar garantia nos termos do Código do Processo Civil Brasileiro.

Além de acordo com o disposto no Código do Processo Civil Brasileiro, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juízo da causa o levantamento da garantia ofertada pela Companhia, mesmo antes da decisão final. Na eventualidade da solicitação da Eletrobrás ser deferida, a Companhia poderá ter um desembolso de caixa e impacto negativo em seu resultado, uma vez que o referido desembolso passará a ser tratado como um ativo contingente em vista da possibilidade de sua recuperação quando da decisão final do mérito da causa.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de R\$ 1.554.811, atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.434.214 em 31 de dezembro de 2013).

- (20.2.2) Enquadramento de consumidores - ação civil pública**
O Ministério Público Federal e a Pro-Teste ingressaram em 1º de junho de 2005 com uma ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, quando o enquadramento na sub-classe baixa renda as unidades consumidoras incluídas nos empreendimentos habitacionais de interesse social. O pedido de tutela cautelar visa a determinar o imediato enquadramento dos mencionados consumidores na subclasse baixa renda, já indeferido em esta decisão foi objeto de recurso da Pro-Teste para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sendo mantida a decisão de indeferimento. Em outubro de 2008 a demanda foi julgada improcedente. Contra a decisão que lhes foi desfavorável, os autores apresentaram recursos perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região. O valor envolvido nesta ação não pode ser estimado, uma vez que se trata de ação civil pública e em sendo alterada o teor da decisão que foi favorável à Companhia, os usuários deverão requerer individualmente o cumprimento e os benefícios decorrentes da decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

- (20.2.3) Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais**
O Ministério Público Federal e a Pro-Teste ingressaram em 1º de dezembro de 2003, instaurando ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, visando a desconstrução dos valores do contrato firmado entre as Companhia e Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. O valor da causa era de R\$ 553, em 30 de setembro de 2007. A liminar foi indeferida e contra esta decisão foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª região, ao qual foi negado provimento. Após a apresentação das contestações e consequentes réplicas, a demanda foi julgada improcedente. Em março de 2012, o recurso apresentado pelo Ministério Público Federal foi acolhido para determinar que o processo passe por uma perícia para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da Companhia, sendo que contra tal decisão, foi apresentado pedido de esclarecimento, rejeitado em junho de 2012. Em 30 de julho de 2012 a Companhia apresentou recurso ao STJ e STF contra a decisão que reformou a sentença de improcedência da ação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar em honorários, custos e honorários de sucumbência o valor envolvido no andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

- (20.2.4) Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal**
Em 16 de novembro de 2004 foi distribuída Ação por conta da análise da Revisão Tarifária de 2003, o Tribunal de Contas da União emitiu parecer desfavorável à ANEEL e à Companhia, fazendo constar em seu acórdão que a Companhia teria sido beneficiada indevidamente em razão da indevida contabilização dos benefícios gerados pelo pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária. Em vista de tais argumentos, o Ministério Público Federal propôs ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, visando o reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado, bem como a devolução aos clientes dos valores supostamente cobrados a maior. Com a apresentação de defesa pelas partes requeridas e o encerramento da fase de produção de provas, o processo foi julgado favoravelmente em primeira instância à Companhia, sendo mencionado que a multa imposta pelo Ministério Público Federal não deve ser considerada. A Companhia aguarda-se julgamento do recurso apresentado pelo Ministério Público Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

- (20.2.5) Autuações PCLD - provisão de créditos de liquidação duvidosa**
Pela ANEEL foram lavrados dois autos de infração (em 4 de maio de 2000 - Al nº 015/TN170 e em 5 de abril de 2001 - Al 027/TN0336/1) em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD - Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa. A Companhia propôs dois mandados de segurança com o objetivo de anular tais autuações, sendo ambas julgadas improcedentes. Contra tais decisões de primeira instância foram apresentados os recursos cabíveis e com base no critério de cálculo adotado pela ANEEL o valor dessas autuações monta em R\$ 55.408 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 56.154 em 31 de dezembro de 2013).

- (20.2.6) Ação civil pública - plano cruzado - ASSOBRAEE e ANDEC**
A ASSOBRAEE alega que a Companhia teria se beneficiado do aumento, supostamente ilegal, de 20% na cobrança de suas tarifas de energia elétrica fixado pelas Portarias nos 38/1986 e 45/1986 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica ("DNAEE") durante a vigência do Plano Cruzado. Em 14 de março de 2011 sobreveio decisão de 1ª Instância favorável à Companhia, ao que a ASSOBRAEE apresentou recurso. Em agosto de 2014, foi negado provimento ao recurso da ASSOBRAEE em 2ª instância. Diante da não apresentação de recurso por parte da autora ASSOBRAEE, em 22 de agosto de 2014, o Superior Tribunal de Justiça deu provimento ao trânsito em julgado da decisão favorável à Companhia, tendo sido o processo encerrado. Al nº 015/170.
- (20.2.7) Ação popular - Maruzan Conrado**
Em 26 de janeiro de 2006, o Sr. Maruzan Conrado Oliveira, propôs ação popular contra a Companhia, a SABESP, o Município de Taboão da Serra e o Sr. Fernando Fernandes Filho visando a desconstituição do acordo de Reconhecimento, Confissão e Parcelamento de dívida celebrado entre os corréus, bem como o ressarcimento dos danos que supostamente teriam sido causados ao erário público. Em 8 de abril de 2014, foi proferida sentença favorável à Companhia, julgando a ação improcedente e reconhecendo não ter havido nenhuma irregularidade na celebração do termo de confissão e parcelamento de dívida entre a Companhia e a Prefeitura de Taboão da Serra, em 2004. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 28.648 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 25.112 em 31 de dezembro de 2013).

- (20.2.8) Ecovias - uso do solo**
Em 28 de agosto de 2003, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A ajuizou demanda judicial contra a Companhia visando legitimar a cobrança de preço pelo uso do solo ocupado pelos postes de iluminação, instalados nas faixas de domínio das rodovias por ela administradas, pretendendo também emitir autorização para fixação de postes. A Ecovias teve seu pleito provido parcialmente no STJ em 16 de março de 2012, e contra tal decisão a Companhia já apresentou seu recurso em 22 de março de 2012. Em abril de 2012 a ABRADEE requ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 31 de dezembro de 2014 e 2013
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

termos da ação e da liminar concedida, a Companhia apresentou recurso perante o Superior Tribunal de Justiça, o qual determinou a suspensão da liminar concedida pelo TJPSP. Contra a decisão do STJ, o PROCON apresentou recurso que restou rejeitado pelo próprio STJ em dezembro de 2011. Na ação civil pública, a Companhia apresentou sua contestação em 14 de outubro de 2011, tendo o caso sido enviado à Justiça Federal após ter sido admitido o ingresso da ANEEL no processo, onde aguarda julgamento. Em 20 de março de 2014, a ação foi julgada parcialmente procedente em 1ª instância, condenando a Companhia ao pagamento de danos morais coletivos no valor de R\$ 2.000, a ser revertido ao fundo de Fundo de Defesa de Direitos Difusos. A Companhia e a ANEEL apresentaram recurso a fim de afastar a condenação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de R\$ 3.009, atualizado até 31 de dezembro de 2014.

(20.2.22) FINSOCIAL

Em julho de 2012 a Companhia foi intimada por dois Despachos Decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos de FINSOCIAL. Vale ressaltar que tais créditos decorrem de uma decisão judicial definitiva que o reconheceram, permanecendo a discussão somente com relação ao seu montante. O valor da parcela ainda não homologada é de R\$ 171.744 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 160.737 em 31 de dezembro de 2013). Em abril de 2013, houve decisão de 1ª instância desfavorável para a Companhia, da qual foi apresentado Recurso Voluntário. No momento, aguarda-se decisão sobre o recurso apresentado.

(20.2.23) COFINS - anistia

Ação Judicial proposta pela Companhia em face da Fazenda Nacional visando o reconhecimento dos valores pagos a título de COFINS, considerando as reduções de multa e juros garantidas pela anistia prevista na Lei nº 9.779/1999. Em maio de 2012, houve decisão de 2ª instância reconhecendo o direito às reduções trazidas pela anistia. Contudo, no teor desta mesma decisão, foi proferido o entendimento de que os encargos legais de 20% sobre o valor do débito não teriam sido afastados pela anistia, permanecendo, portanto, a exigência com relação a este montante, que perfaz o valor de R\$ 144.802 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 141.272 em 31 de dezembro de 2013).

(20.2.24) Ações Anulatórias - multas de trânsito

A Companhia é atualmente autora de 13 Ações Anulatórias de Multas de Trânsito, ajuizadas contra a Prefeitura do Município de São Paulo, visando liminarmente a suspensão e ao final da ação o cancelamento de multas relacionadas a: (i) Rodízio Municipal de Veículos; (ii) Zona Máxima de Restrição de Circulação de caminhões; e (iii) Não Indicação de Condutor correlatas. O valor total em discussão nas ações anulatórias atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 51.894 (R\$ 41.666 em 31 de dezembro de 2013).

(20.2.25) COFINS - Multa de Ofício

Auto de infração lavrado para exigir crédito tributário relativo a COFINS (período de apuração compreendido entre abril de 1992 a março de 1993), acrescido de multa de ofício calculada no percentual de 100% e juros com base na SELIC. No exclusivo entendimento da Receita Federal do Brasil, a multa de ofício se justifica pelo fato dos créditos de COFINS terem sido recolhidos por meio da Anistia Fiscal instituída pela MP 2158/1999 (mencionada na nota 20.2.23) e não no prazo original do pagamento do tributo. Em 31 de outubro de 2011 foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável. Aguarda-se o julgamento do recurso especial. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 221.631.

(20.2.26) PIS Compensação Decretos (Créditos Remanescentes)

Em 8 de agosto de 2014, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas realizadas entre créditos remanescentes de PIS recolhidos a maior com base nos Decretos Leis nº 2.445/1988 e 2.449/1988, e débitos de PIS e COFINS relativos ao período compreendido entre abril e maio de 2013. Em 8 de setembro de 2014 foi apresentada defesa administrativa, a qual se encontra pendente de julgamento. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 116.031.

(20.2.27) Devolução tarifária - Base blindada

Em 21 de novembro de 2012, foi aberto processo para que fossem examinados determinados ativos pertencentes à base blindada da Base de Remuneração Regulatória da Companhia e eventual sobreavaliação de ativos e possível devolução de valores cobrados em excesso de consumidores. Em 18 de fevereiro de 2013 foi nomeado o Diretor Relator para o referido processo. Em novembro de 2013, ANEEL notificou a Companhia para apresentação de manifestação referente ao referido processo específico para questão de saber se é devido o recálculo das tarifas praticadas pela Companhia antes da data da sua terceira revisão tarifária periódica, para eventual desconto e restituição de parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (246.474,87 metros de Cabo AL Nu CAA 1272 MCM). A Companhia apresentou manifestação e em 17 de dezembro de 2013 a Diretoria da ANEEL, por meio do Despacho ANEEL nº 4.259/2013, decidiu pelo recálculo das tarifas praticadas pela Companhia no período de julho de 2007 a julho de 2011, representando o valor de R\$ 626.052, devendo o mesmo ser corrigido por IGP-M a partir de 1º de dezembro de 2013 até a data de início da devolução, a qual será feita por meio de componente financeiro negativo, diferido em até 4 eventos tarifários, a partir de julho de 2014 ("Decisão").

Após a publicação da Decisão, que ocorreu no dia 27 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou pedido de reconsideração administrativo à ANEEL, requerendo ainda a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração apresentado fosse analisado pela ANEEL.

Em 26 de janeiro de 2014, por meio de despacho, o Diretor Geral da ANEEL negou o pedido da Companhia para que fossem suspensos os efeitos da Decisão. Contra este ato, a Companhia interpôs, também em 26 de janeiro de 2014, perante a Justiça Federal de Brasília, um mandado de segurança com pedido de liminar, para que a Justiça determinasse a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração fosse julgado pela ANEEL. Em 29 de janeiro de 2014 foi deferida liminar em favor da Companhia suspendendo os efeitos da Decisão até que a ANEEL julgasse o pedido de reconsideração. Em 3 de fevereiro de 2014 foi nomeado o Diretor Relator do Pedido de Reconsideração interposto pela Companhia junto à ANEEL. Em 1º de julho de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em reunião pública da sua Diretoria deliberou o pedido de reconsideração da Companhia sobre análise da procedência do recálculo das tarifas praticadas pela Companhia antes da data da sua 3ª RP (Processo nº 48500.006159/2012-75 - "Processo Específico"), para eventual desconto e restituição de parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente e decidiu pela manutenção da decisão tomada em dezembro de 2013.

Em 3 de julho de 2014 a ANEEL, mediante o Despacho ANEEL nº 2.176/2014, decidiu pela devolução de 50% das parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente no valor de R\$ 325.543 gerando um impacto de -3,30% no reajuste total de 2014. Na mesma data, a Companhia ingressou com o novo pedido de reconsideração, requerendo a revisão da decisão na parte em que não acolheu o pedido subsidiário de recálculo tarifário considerando o subdimensionamento de outros ativos de serviço existentes. Ainda, em 3 de julho de 2014, a Companhia requereu ao Juízo do Mandado de Segurança a extensão da medida liminar que havia suspendido os efeitos da Decisão proferida em dezembro de 2013 até o julgamento definitivo do novo pedido de reconsideração realizado pela Companhia no processo administrativo nº 48500.006159/2012-75.

Em 9 de julho de 2014, o Juízo do Mandado de Segurança determinou a extensão da medida liminar deferida anteriormente até o julgamento final do novo pedido de reconsideração realizado pela Companhia no Processo nº 48500.006159/2012-75, restando desta forma suspensos os efeitos da decisão proferida pela ANEEL no dia 1º de julho de 2014.

Em 16 de julho de 2014, o Diretor Geral da ANEEL, monocraticamente, negou conhecimento ao novo pedido de reconsideração protocolado pela Companhia em 3 de julho de 2014, sob o fundamento de que a discussão na esfera administrativa se encontrava esaurida.

Em 18 de julho de 2014, a Companhia interpôs recurso na ANEEL (agravo), alegando que o pedido de reconsideração deveria ser julgado pela Diretoria da ANEEL e que diante do fato do processo administrativo não estar concluído, a medida liminar obtida no Mandado de Segurança permanece surtindo seus efeitos.

Em 12 de agosto de 2014, a Diretoria da ANEEL negou provimento ao recurso de agravo da Companhia, confirmando o encerramento da discussão da matéria na esfera administrativa.

Em 19 de agosto de 2014, a Companhia propôs perante a Justiça Federal de Brasília Ação Ordinária em face da ANEEL, com pedido de antecipação de tutela para sustar os efeitos do Despacho ANEEL nº 4.259/2013, confirmado pelo Despacho ANEEL nº 2.176/2014. A tutela antecipada foi indeferida.

A Companhia interpôs recurso de Agravo de Instrumento ("Agravo") perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região ("TRF1"). Em 9 de setembro de 2014, a Companhia obteve decisão liminar no Agravo para que a ANEEL efetuassem o recálculo das tarifas sem o componente financeiro negativo constante nos Despachos ANEEL nº 4.259/2013 e 2.176/2014 até o julgamento do mérito do recurso.

Em 25 de setembro de 2014, a ANEEL apresentou petição apontando dificuldades no cumprimento da medida liminar em razão da necessidade da observância de procedimento interno complexo e postulou a suspensão do cumprimento da decisão até o julgamento do Agravo.

Em 6 de outubro de 2014, o Desembargador Relator não revogou a liminar favorável à Companhia, porém suspendeu o cumprimento da liminar até o julgamento do Agravo no TRF1. Portanto, a liminar permaneceu vigente e apenas o seu cumprimento foi suspenso.

Em 13 de outubro de 2014, teve início o julgamento do Agravo, sendo proferido, inicialmente, voto favorável pelo Desembargador relator do Agravo e posteriormente o julgamento foi suspenso uma vez que o Desembargador revisor pediu vista dos autos. O julgamento prosseguirá com o voto do Desembargador revisor e mais um voto de outro Desembargador (o julgamento é realizado por três Desembargadores) em data ainda a ser definida. Em 18 de dezembro de 2014, os efeitos da liminar foram reestabelecidos pelo TRF1.

Em 7 de janeiro de 2015, a ANEEL interpôs recurso para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) visando suspender a liminar em vigor.

Em 8 de janeiro de 2015, a ANEEL publicou o novo índice de Reajuste Tarifário, que exclui o componente financeiro de -3,30 p.p.

Em 16 de janeiro de 2015, o Superior Tribunal de Justiça indeferiu o recurso da ANEEL.

A Companhia, fundamentada em avaliação jurídica preparada por seus assessores legais externos e com base na liminar vigente, classifica o risco de perda como possível nesta discussão e entende que tem bons argumentos para sustentar as suas posições na esfera judicial, sendo certo que buscará ver o seu direito garantido ativamente.

Baseada na análise jurídica do assunto e liminar vigente, conforme acima descrito, o passivo não foi constituído. Em 31 de dezembro de 2014, já considerando as restituições efetuadas aos consumidores no valor de R\$ 162.772, o valor atualizado remanescente da devolução tarifária em discussão é de R\$ 489.277 (R\$ 629.798 em 31 de dezembro de 2013).

Conforme Resolução Homologatória da ANEEL 1.844, de 5 de janeiro de 2015, mantida a decisão judicial que determinou a exclusão da tarifa do componente financeiro negativo de 3,30%, os valores já restituídos aos consumidores de R\$162.772 deverão ser revertidos à Companhia no próximo evento tarifário 2015, atualizado pela variação do IGP-M.

Finalmente, em 8 de janeiro de 2015 a Companhia recebeu o Termo de Notificação (TN) nº 73/2014 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira ("SFF"), através do qual a ANEEL alega que a Companhia teria descumprido o item 6.3.22 – Provisões para Contingências, constante do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSPEE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações posteriores. O referido TN determinou, ainda, que a Companhia procedesse ao registro contábil em seus demonstrativos regulatórios do mês de dezembro de 2014, do montante do componente financeiro negativo de R\$ 626.052 e suas atualizações, correspondente à importância que a ANEEL, no âmbito administrativo, entendeu que deveria ser restituída aos consumidores da área de concessão da distribuidora.

Para emitir as determinações mencionadas acima, a fiscalização utilizou como fundamento as normas contábeis acima apontadas e o entendimento exposto pela Procuradoria Federal da ANEEL nos Pareceres nº 622 e nº 623, ambos de 2013.

Em 23 de janeiro de 2015 a Companhia, tempestivamente, protocolou Manifestação ao Termo de Notificação nº 73/2014, esclarecendo os pontos a seguir:

a. A Administração da Companhia, com base em opinião de seus assessores legais, avaliou a probabilidade de perda da discussão como "possível"; b. Segundo as instruções do próprio Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, é a Administração da Companhia quem deve exercer seu julgamento com base em opinião de seus assessores legais e não com base na opinião da Procuradoria Federal da ANEEL;

c. Ainda segundo as instruções do próprio Manual, os casos avaliados como de perda possível devem ser apenas divulgados em notas explicativas, não sendo aplicável o seu registro como passivo.

Tendo em vista os esclarecimentos acima, bem como seu entendimento quanto à correta aplicação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia solicitou o arquivamento do TN nº 73/2014, nos termos do artigo 20, §1º, da REN nº 63/2004.

Cartas de fiança, seguros garantia e caução

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais conforme relação abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa ao ano
Fiscal	41	2.089.039	0,38% a 5,00%
Cível	27	127.627	0,38% a 6,33%
Trabalhista	40	83.478	0,38% a 2,00%

21. Encargos tarifários e do consumidor a recolher

	2014	2013
CIRCULANTE		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	60.150	11.082
Outros encargos	102	159
Total	60.252	11.241

22. Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	2014	2013
CIRCULANTE		
Pesquisa e desenvolvimento	26.142	28.246
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	1.531	1.413
Ministério de Minas e Energia	765	706
Eficiência energética	11.841	12.268
Subtotal	40.279	42.633
NÃO CIRCULANTE		
Pesquisa e desenvolvimento	15.690	13.967
Eficiência energética	41	37
Subtotal	15.731	14.004
Total	56.010	56.637

A movimentação de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética é como segue:

	Pesquisa e desenvolvimento	Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	Ministério de Minas e Energia	Eficiência energética	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	45.097	1.618	809	26.404	73.928
Provisões	17.116	17.115	8.557	42.419	85.207
Pagamentos	–	(17.320)	(8.660)	–	(25.980)
Aplicações	(23.441)	–	–	(58.321)	(81.762)
Atualização monetária	3.441	–	–	1.803	5.244
Saldo em 31 de dezembro de 2013	42.213	1.413	706	12.305	56.637
Provisões	18.611	18.611	9.305	46.489	93.016
Pagamentos	–	(18.493)	(9.246)	–	(27.739)
Aplicações	(23.280)	–	–	(47.569)	(70.849)
Atualização monetária	4.288	–	–	657	4.945
Saldo em 31 de dezembro de 2014	41.832	1.531	765	11.882	56.010

23. Outras obrigações

	2014	2013
CIRCULANTE		
Devolução - Obrigações Vinculadas à Concessão	41.280	38.746
Devolução - Diferença alíquota ICMS - Condomínios (*)	28.881	56.409
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	65.200	66.957
Empréstimo compulsório Eletrobrás	966	58
Recebimento em duplicidade de clientes	17.724	14.952
Programa Baixa Renda	3.834	5.513
Subsídios Eletrobrás - Diferença de repasse	3.170	–
Taxa de fiscalização - ANEEL	1.327	1.323
PIS/COFINS - Diferença de alíquota	11.824	688
Credores diversos	11.747	8.768
Ajuste de Faturas - Consumidores	20.298	17.093
Bônus Itaipu	3.634	3.684
Outras	20.995	20.223
Total	230.880	234.414
NÃO CIRCULANTE		
Adiantamento relacionado à venda de bens (**)	2.940	57.245
Outras	8.102	6.069
Total	11.042	63.314

(*) ICMS arrecadado a maior a ser devolvido aos clientes na forma de crédito nas faturas de energia, por força de reenquadramento de unidades consumidoras na classe comercial de áreas coletivas de conjuntos de prédios residenciais (condomínios), com consequente alteração da cobrança da alíquota de ICMS de 25% para 18%. O montante de R\$ 28.881 contempla além da diferença de alíquota de ICMS, devolução de tarifa de energia elétrica e PIS/COFINS. Cabe ressaltar que o valor do ICMS arrecadado a maior foi repassado ao Estado de São Paulo, o que gerou para a Companhia um saldo de ICMS a recuperar sobre a cobrança efetuada a maior (vide nota explicativa nº 6).

(**) Em 23 de dezembro de 2014, a Companhia assinou a escritura pública de venda de imóvel situado no Cambuci, transferindo definitivamente a propriedade e posse para a compradora (GTIS Cambuci Empreendimentos e Participações Ltda.). Desta forma, os valores anteriormente registrados nesta rubrica como "adiantamento relacionado à venda de bens" que na data da assinatura montavam R\$ 81.818 foram reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, compondo parte do ganho na alienação de bens e direitos - vide nota explicativa nº 29.

24. Patrimônio líquido

24.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 3.248.680, sendo R\$ 1.082.900 em ações ordinárias e R\$ 2.165.780 em ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, independente de reforma estatutária, está autorizada a aumentar o capital social até o limite do capital social autorizado emitindo as ações ordinárias e/ou preferenciais, sem guardar proporções entre as espécies. Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações emitidas em quaisquer aumentos de capital da Companhia, na proporção de suas participações no capital da Companhia. O Conselho de Administração deve deliberar sobre a emissão, colocação, preço e condições de integralização de ações ou bônus de subscrição, bem como fazer as chamadas de capital, nos limites do capital, nos limites do capital autorizado e suas alterações.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.257.629 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.257.629 em 31 de dezembro de 2013). O capital social da Companhia está representado por 167.343.887 ações, sendo 66.604.817 ações ordinárias e 100.739.070 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais não são resgatáveis e têm direito a voto restrito exclusivamente nas matérias previstas em seu Estatuto Social, dentre as quais: (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e seu acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral; (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (iv) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, nas hipóteses previstas em seu Estatuto Social etc.

Ainda, as ações preferenciais têm: (i) prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade; (ii) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie; (iii) direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; e (iv) direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em decorrência da alienação de controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas às ações do acionista controlador.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não houve emissão ou resgate de ações.

24.2 Composição acionária

	2014		2013	
	Ordinárias	Ordinárias	Ordinárias	Ordinárias
Quantidade	%	Quantidade	%	
Acionistas:				
AES Elpa S.A.	51.825.798	77,81	51.825.798	77,81
BNDESPar	1	–	1	–
União Federal	13.342.384	20,03	13.342.384	20,03
Outros	1.436.634	2,16	1.436.634	2,16
Total das ações	66.604.817	100,00	66.604.817	100,00

	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas:				
BNDESPar	568.976	0,56	568.976	0,56
Companhia Brasileira de Energia	7.434.410	7,38	7.434.410	7,38
Outros	92.735.684	92,06	92.735.684	92,06
Total das ações	100.739.070	100,00	100.739.070	100,00

24.3 Reserva de lucros

(a) Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social. A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

(b) Reserva estatutária

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2011, foi aprovada a modificação do Estatuto Social da Companhia, para a criação de Reserva Especial para reforço do capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia. A Administração pode propor à deliberação da Assembleia Geral a destinação de até 75% do lucro líquido ajustado a essa reserva estatutária. O saldo da referida reserva em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

24.4 Reserva de capital

É composta por outorga de ações e/ou opção de compra de ações preferenciais da The AES Corporation aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia.

24.5 Ajuste de avaliação patrimonial/outros resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2014 os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes eram compostos pela mais valia dos ativos registrados em 1998 e 2007 e por perdas e ganhos atuariais do plano de pensão, respectivamente.

O saldo do ajuste de avaliação patrimonial (líquido de imposto de renda e contribuição social) relacionado com a mais valia dos ativos é de R\$ 1.196.302 (R\$ 1.292.388 em 31 de dezembro de 2013).

Outros resultados abrangentes relacionados à perda atuarial do plano de pensão apresentam um saldo negativo de R\$ 1.021.687 (líquido de imposto de renda e contribuição social).

25. Destinação do resultado

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Os juros sobre o capital próprio são calculados em conformidade com os limites estabelecidos na legislação tributária brasileira e fazem parte da totalidade dos dividendos distribuídos no ano. O imposto de renda corresponde a 15% do valor dos juros sobre capital próprio.

	2014	2013
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. Custo do serviço de energia elétrica

	MWh		R\$	
	2014	2013	2014	2013
Energia elétrica comprada para revenda:				
Itaipu	9.586.846	9.851.146	(1.278.850)	(1.199.895)
ANGRA 1 e 2	1.668.105	1.677.134	(252.867)	(227.532)
Contrato bilateral - AES Tietê - nota explicativa nº 32	11.107.680	11.107.680	(2.233.613)	(2.088.138)
Contrato bilateral - outros	-	44.933	(66)	(7.191)
Compra - CCEE	1.848.933	1.317.382	(1.301.525)	(400.274)
Compra - CCEAR	11.526.803	10.223.326	(3.426.326)	(2.019.736)
Cotas de garantia física	8.369.220	8.345.461	(213.831)	(225.088)
Risco hidrológico	-	-	(601.795)	(71.011)
(-) Repasse CDE - Custo de energia (i)	-	-	111.146	669.095
(-) Repasse CONTA-ACR - Custo de energia (ii)	-	-	1.185.748	-
(-) Ressarcimento - leilões de energia (v)	-	-	184.273	-
ICMS sobre perdas comerciais	-	-	4.752	(1.852)
(-) Créditos PIS/COFINS	-	-	610.798	526.067
Subtotal	44.107.587	42.567.062	(7.212.156)	(5.045.555)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	969.043	971.534	(271.673)	(251.096)
Total	45.076.630	43.538.596	(7.483.829)	(5.296.651)

Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:

	R\$	
	2014	2013
Uso da rede básica	(556.806)	(425.727)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	(242.263)	(480.506)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo (iii)	91.551	-
(-) Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER (iv)	373.034	-
(-) Repasse CDE - ESS	-	420.313
Transporte de energia - Furnas/Itaipu	(34.584)	(31.946)
ONS - Operador Nacional do Sistema	(23.787)	(25.611)
CUSD - Custo do Uso do Sistema de Distribuição	(7.587)	(9.474)
Conexão a Rede Básica - CTEEP	(32.015)	(27.018)
(-) Créditos PIS/COFINS	36.374	62.943
Total	(396.083)	(517.026)

(i) Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013

Devido aos altos custos financeiros ocasionados pelas condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o final de 2012, relacionado principalmente aos baixos índices dos reservatórios das usinas hidrelétricas, o governo brasileiro emitiu o Decreto nº 7.945 com o intuito de neutralizar parte do problema de caixa enfrentado pelas distribuidoras.

O referido decreto prevê o repasse de recursos da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, para cobrir custos decorrentes da (i) exposição no mercado de curto prazo limitado ao montante não atendido pela alocação de quotas, (ii) risco hidrológico das cotas e (iii) ESS - Encargo de Serviços do Sistema (despachos de usinas térmicas).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia reconheceu como compensação de custos de energia, referente aos valores aportados pela CDE, um total de R\$ 111.146, e um custo de risco hidrológico de R\$ 28.890, perfazendo o montante líquido de R\$ 82.256, qual foi compensado na liquidação financeira ocorrida na CCEE referente à competência de janeiro de 2014.

(ii) Decreto nº 8.221, de 2 de abril de 2014

O Governo Federal fundamentado na Lei nº 12.783/2013 publicou em 2 de abril de 2014, o Decreto nº 8.221/2014, que autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a criar e manter a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR para cobrir, total ou parcialmente, os gastos das distribuidoras de energia com exposição involuntária no mercado de curto prazo, custos do despacho termoeletrônico e risco hidrológico, através da contratação de operações de crédito bancário destinadas à cobertura dos custos previstos. A CCEE é a responsável pela gestão da CONTA-ACR.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia reconheceu como compensação de custos de energia, referente aos valores aportados pela CONTA-ACR um total de R\$ 1.185.748, referente ao período de fevereiro a junho de 2014.

Com a implementação da Lei nº 12.783/2013 as concessionárias de geração que tiveram suas concessões renovadas, repassaram o custo do risco hidrológico para as distribuidoras de energia, proporcionalmente às cotas de energia atribuídas, bem como o custo da CFURH (Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos). Ambos serão repassados ao consumidor via tarifa, nos processos de reajustes tarifários.

(iii) Ajustes referente ao alívio retroativo

O ajuste de alívio retroativo é um alívio financeiro dos Encargos de Serviços de Sistema (ESS) associados a todos os agentes com carga modelada na CCEE. Ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.

(iv) Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER

A Resolução Normativa nº 613, de 20 de maio de 2014 definiu que os recursos financeiros da CONER deverão ser destinados à restituição, aos usuários de energia de reserva, dos montantes financeiros excedentes da CONER, quando existirem. A restituição se dará por meio de crédito aos usuários nas liquidações financeiras pela CCEE.

(v) Ressarcimento - leilões de energia

Conforme estabelecido no Despacho de Encerramento nº 4.786 da ANEEL, emitido em 11 de dezembro de 2014, a Companhia reclassificou, a partir de 31 de dezembro de 2014, os montantes referentes a ressarcimentos de leilões de energia da rubrica "Receita operacional líquida" para "Energia elétrica comprada para revenda".

Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço bem como instituiu novo critério para rateio do custo do despacho adicional de usinas termoeletrônicas, durante a fase de transição e anterior à implementação do novo cálculo do PLD (de abril a agosto de 2013). Pelo novo critério, o custo do ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente pela categoria consumo, consumidores livres e distribuidoras, passa a ser rateado por todos os agentes do SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, diversas associações - ABRAECEEL, APINE, ABRAGEL, ABRAGET, ÚNICA e ABECE/ULA - conseguiram liminares excluindo seus associados do rateio deste custo, isentando-os do pagamento. Em decorrência da disputa judicial, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica efetuou as liquidações financeiras, atribuindo o referido custo para a categoria consumo, dentre elas, as distribuidoras.

Em 31 de dezembro de 2014, a liminar continua vigente até que seja tomada a decisão final, que discute a aplicação da cobrança do ESS pela Resolução CNPE 03. Desta forma a Companhia reconhece o custo de ESS energético de acordo com as liquidações financeiras da CCEE.

29. Outros custos

	2014	2013
Ganhos na alienação de bens e direitos (*)	171.969	8.914
Arrendamentos e alugueis	(26.448)	(25.513)
Seguros	(3.490)	(3.365)
Tributos	(33.499)	(28.196)
Doações, contribuições e subvenções	(2.491)	(2.741)
Tarifa bancária	(43.644)	(43.205)
Publicidade	(6.922)	(11.137)
Responsabilidade social	(3.707)	(4.064)
Perdas na desativação de bens e direitos	(33.483)	(41.279)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID	(20.952)	(19.334)
Baixa do ativo financeiro da concessão	(16.873)	(8.533)
Taxa de administração do plano - Fundação CESP	(9.235)	(9.231)
Créditos de PIS e COFINS	1.310	1.223
Recuperação de despesas	9.127	19.992
Outros	(21.066)	(5.383)
Total	(39.314)	(171.842)

(*) Parte do ganho registrado nesta linha é decorrente da assinatura da escritura pública de venda de imóvel situado no Cambuci em 23 de dezembro de 2014, transferindo definitivamente a propriedade e posse da Companhia para a compradora, conforme descrito na nota explicativa nº 23.

30. Resultado financeiro

	2014	2013
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	75.594	78.824
Multas sobre contas de energia elétrica em atraso	65.936	69.625
Atualização monetária e juros sobre contas de energia elétrica em atraso	50.608	54.398
Multas contratuais	5.197	5.159
Subvenções governamentais	1.853	1.047
Atualização do ativo financeiro da concessão - nota explicativa nº 11	55.237	116.240
Atualização de créditos tributários	981	6.351
Atualização monetária dos depósitos judiciais	31.352	30.807
Receita financeira da alienação de imóvel - nota explicativa nº 23	15.018	-
Outras receitas financeiras	26.872	35.622
Subtotal	328.648	398.073
Despesas financeiras		
Encargo de dívidas - empréstimos moeda nacional	(380.176)	(276.603)
Subvenções governamentais	(1.853)	(1.047)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética	(4.945)	(5.244)
Juros capitalizados transferidos para o intangível em curso (**)	3.621	9.690
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(3.681)	(6.988)
Processos regulatórios - nota explicativa nº 20	(9.663)	(13.505)
DIC/FIC/DMIC/DICRI (*)	(18.245)	(18.609)
Cartas de fiança e seguros garantia	(22.705)	(19.902)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(32.509)	-
Atualização monetária - Energia livre	(7.252)	(5.032)
Outras despesas financeiras	(27.474)	(27.618)
Subtotal	(504.882)	(364.858)
Variações cambiais, líquidas		
Itaipu	(26.018)	(17.365)
Outras variações cambiais	347	149
Subtotal	(25.671)	(17.216)
Total do resultado financeiro	(201.905)	15.999

(*) DIC, FIC, DMIC e DICRI são indicadores que refletem a qualidade do fornecimento de energia elétrica prestada aos clientes. Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando estes indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

(**) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 13% ao ano no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (10% ao ano no exercício findo em 31 de dezembro de 2013), sobre os ativos intangíveis qualificáveis.

31. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a provisões temporariamente indutíveis e reserva de reavaliação são registrados nas contas patrimoniais (vide nota explicativa nº 7). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2014		2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(61.917)	(23.791)	(67.070)	(25.641)
Diferidos	110.541	39.795	(13.769)	(4.956)
Total	48.624	16.004	(80.839)	(30.597)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	(196.375)	(196.375)	309.618	309.618
Adições (exclusões):				
Doações	3.741	3.741	4.815	4.815
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	3.034	3.034	3.241	3.241
Benefício fiscal P&D - pesquisa e desenvolvimento	(9.807)	(9.807)	(9.761)	(9.761)
Perdas indedutíveis no contas a receber	-	-	286	286
Perdas de capital - baixa de imobilizado	17.990	17.990	11.899	11.899
Multas indedutíveis	1.203	1.203	8.000	8.000
Despesas indedutíveis	444	444	143	143
Outros	1.359	1.359	1.263	1.263
Total das adições (exclusões)	17.964	17.964	19.886	19.886
Base de cálculo	(178.411)	(178.411)	329.504	329.504
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Receita (Despesa) com tributos às alíquotas nominais	44.603	16.057	(82.376)	(29.655)
Incentivos	4.340	-	4.130	-
Compensação de base de cálculo	24	-	24	-
Ajuste IRPJ/CSLL - exercícios anteriores	(499)	(110)	-	-
Ajuste IRPJ/CSLL - Exclusão P&D	156	57	(2.617)	(942)
Total da receita (despesa) com tributos	48.624	16.004	(80.839)	(30.597)
Alíquota efetiva	24,8%	8,1%	26,1%	9,9%

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/2009, resultado da conversão em Lei da Medida Provisória nº 449/2008, criando o chamado Regime Tributário de Transição ("RTT"), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção das novas práticas contábeis instituídas pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 37 e 38 da própria Lei nº 11.941/2009. Para os anos-calendário de 2008 e 2009, o RTT foi optativo e passou a ser obrigatório a partir do ano-calendário de 2010.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição e desde 2008 vem registrando imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes oriundos da adoção das novas práticas contábeis (CPC's), não gerando impactos de caixa.

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 de 16 de setembro de 2013. Em 11 de novembro de 2013 foi emitida a Medida Provisória nº 627, a qual foi convertida na Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014 (publicada no Diário Oficial da União em 14 de maio de 2014). Todos esses normativos legais (i) alteraram a legislação tributária federal relativa ao imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; (ii) revogaram o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, (iii) trataram da distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio e (iv) definiram que para fins de apuração do lucro real e de base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT - Regime Tributário de Transição, devem ser considerados os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, dentre outros dispositivos.

A Companhia, amparada pela posição de seus assessores externos, avaliou os possíveis impactos da aplicabilidade da legislação até o ano base de 2014 e não identificou efeitos relevantes sobre suas demonstrações contábeis. Diante disso, a Companhia optou pela não aplicação dos efeitos da Lei nº 12.783/2014 para o ano-calendário de 2014, conforme prevê o artigo 75. Portanto, os impactos dessa legislação deverão ocorrer somente a partir

de 1º de janeiro de 2015.

32. Partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente da AES Elpa S.A., e indiretamente pela Brasileira, a qual, por sua vez, é uma controlada indireta da The AES Corporation. A Brasileira é uma sociedade por ações, de capital aberto e tem por objetivo exercer o controle, além do controle indireto da Companhia, das seguintes empresas operacionais: AES Tietê S.A. (Tietê), AES Uruguiana Empreendimentos S.A. (Uruguiana S.A.) e AES Serviços TC Ltda., mediante participação direta no capital dessas sociedades.

32.1 Partes relacionadas:

	2014	2013
Ativo		
Outros créditos:		
Companhia Brasileira de Energia (iii)	218	193
AES Sul - outros créditos	2.759	2.759
AES Sul - sublocação (v)	14	9
AES Serviços TC Ltda. - sublocação (v)	16	4
AES Tietê - sublocação (v)	95	71
	3.102	3.036
Devedores diversos:		
AES Serviços TC Ltda. - Atendimento lojas (vii)	362	-
	362	-
Total do ativo com partes relacionadas	3.464	3.036

Passivo

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:
Companhia Brasileira de Energia - - 3.181
AES Elpa S.A. - - 20.159
- - 23.340

Fornecedores:

AES Tietê - nota explicativa nº 14 (i)	296.028	228.354
AES Serviços TC Ltda. - corte/religação (iv)	1.658	1.181
AES Serviços TC Ltda. - Atendimento lojas (vii)	1.595	-
AES Serviços TC Ltda. - Substituição de postes (vi)	261	-
AES Big Sky (ii)	345	912
	299.887	230.447
	299.887	253.787

Total do passivo com partes relacionadas

	2014	2013
Resultado		
Receita operacional (Outras receitas):		
AES Tietê - sublocação (v)	1.094	992
Companhia Brasileira de Energia - sublocação (v)	4	4
AES Serviços TC Ltda. - sublocação (v)	187	116
AES Sul - sublocação (v)	118	108
AES Rio PCH - sublocação (v)	4	3
AES Holdings Brasil - sublocação (v)	4	4
AES Elpa S.A. - sublocação (v)	4	3
	1.415	1.230

Energia elétrica comprada para revenda:

AES Tietê - nota explicativa nº 28 (i) (2.233.613) (2.088.138)
(2.233.613) (2.088.138)

Serviços de terceiros:

AES Serviços TC Ltda. - corte/religação (iv)	(9.928)	(10.642)
AES Serviços TC Ltda. - Substituição de postes (vi)	(798)	-
AES Serviços TC Ltda. - Atendimento lojas (vii)	(14.327)	-
AES Big Sky (ii)	(4.089)	(1.840)
	(29.142)	(12.482)

Receitas financeiras:

Companhia Brasileira de Energia (iii)	25	325
	25	325

Total do resultado com partes relacionadas

(i) Em dezembro de 2000, a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a empresa coligada Tietê, pelo prazo de quinze anos. De acordo com esse contrato, a Companhia passou a comprar a partir de 2003 da Tietê a energia correspondente à redução de 25% ao ano nas quantidades dos contratos in

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

34.4 Gerenciamento de riscos

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Em sua estrutura, a Companhia conta com a Gerência de Práticas Contábeis e Controles Internos, que tem como principais atribuições, garantir a adequada operacionalização dos controles voltados às demonstrações contábeis, bem como auxiliar na revisão de processos de maneira a assegurar que as políticas, procedimentos e normas internas em geral estabeleçam controles e níveis de aprovação de desembolsos adequados. A Companhia conta também com uma Diretoria de Auditoria Interna, que atua em quatro áreas: operacional, financeira, tecnologia da informação e forense. A primeira avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, a segunda avalia as demonstrações contábeis, a terceira avalia os controles de segurança da informação e a quarta atua na investigação de possíveis fraudes e irregularidades, todas em conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas através de ação estabelecida pelos responsáveis de processos e sua implementação devidamente acompanhada pela área de auditoria interna.

Os principais controles que impactam as demonstrações contábeis da Companhia são revisitos a cada seis meses com base em testes de eficácia. No caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação com o intuito de implementá-los, com definição de prazos e alocação de responsabilidades para colocar em prática a melhoria desses controles de forma efetiva.

Outro aspecto relevante de controle interno, diz respeito à segregação de funções, que é objeto de constante monitoramento através de sistema especializado.

O plano de auditoria é aprovado pela Diretoria, bem como os planos de ação para regularização de potenciais melhorias em base trimestral. O plano de auditoria também é apresentado aos Conselhos de Administração e Fiscal. Além disso, os resultados das auditorias são periodicamente informados aos Conselhos de Administração e Fiscal para acompanhamento.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Contas a receber

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de risco rating inferior ao estabelecido (AA), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% ou 25% do total da carteira por instituição financeira; (ii) Critério de Patrimônio Líquido (PL) da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de 3% a 5% de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2014 é:

	2014
Caixa e equivalentes de caixa	181.260
Investimentos de curto prazo	727.891
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.723.776
Contas a receber - acordos	119.811
Total da exposição	2.752.738

(b.2) Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de "empréstimos e financiamentos" e "debêntures" estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 16. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014					
Fornecedores	1.561.434	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.754	128.397	192.891	377.833	1.021
Debêntures	387.756	371.174	723.208	1.607.587	471.891
Arrendamento financeiro	819	2.139	2.098	3.699	3.215
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	60.252	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	3.858	-	-	-	-
Total	2.016.873	501.710	918.197	1.989.119	476.127

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI utilizado nas projeções corresponde ao índice verificado na data de 31 de dezembro de 2014.

(b.3) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

(b.4) Riscos de mercado

Gestão de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia incluí dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

	2014	2013
Empréstimos e financiamentos	525.751	568.146
Debêntures	2.534.171	2.164.362
Arrendamento financeiro	11.970	15.307
Caixa e equivalentes de caixa	(181.260)	(154.210)
Investimentos de curto prazo	(727.891)	(819.951)
Dívida líquida	2.162.741	1.773.654
Patrimônio líquido	2.567.808	2.829.462
Dívida líquida/Patrimônio líquido	84,23%	62,69%

Do endividamento financeiro total em 31 de dezembro de 2014, 19,3% era de curto prazo (4,4% em 31 de dezembro de 2013) e o prazo médio era de 5,4 anos (6,1 anos em 31 de dezembro de 2013).

Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos relevantes remunerados pela variação do DI, acrescidos de juros contratuais entre 1,12% a 1,75% ao ano. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices.

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 31 de dezembro de 2014.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data-base de 31 de dezembro de 2014 é:

	2014
Equivalentes de caixa	60.426
Investimentos de curto prazo	727.891
Empréstimos e financiamentos	(485.904)
Debêntures	(2.577.885)
Total da exposição líquida	(2.275.472)

Os montantes de empréstimos e financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima estão relacionados somente às dívidas indexadas ao CDI não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 26 de dezembro de 2014, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2014, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Projeção receitas financeiras - 01 ano							
Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 2014	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,24%	9,35%	12,47%	15,59%	18,71%
Equivalentes de caixa	CDI	60.426	3.771	5.650	7.535	9.420	11.306
Investimentos de curto prazo	CDI	727.891	45.420	68.058	90.768	113.478	136.188
Subtotal		788.317	49.191	73.708	98.303	122.898	147.494
Projeção despesas financeiras - 01 ano							
Dívidas	Taxa de juros	Posição em 2014	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,24%	9,35%	12,47%	15,59%	18,71%
Debêntures - 9ª Emissão	CDI+1,12% ao ano	(261.039)	(19.395)	(27.604)	(35.840)	(44.075)	(52.311)
Debêntures - 11ª Emissão	CDI+1,75% ao ano	(204.090)	(16.530)	(22.988)	(29.467)	(35.946)	(42.425)
Debêntures - 13ª Emissão	CDI+1,50% ao ano	(365.645)	(28.843)	(40.185)	(51.765)	(63.344)	(74.923)
Debêntures - 14ª Emissão	CDI+1,50% ao ano	(806.512)	(47.512)	(66.657)	(85.864)	(105.071)	(124.278)
Debêntures - 15ª Emissão	CDI+1,24% ao ano	(770.692)	(58.244)	(82.510)	(106.854)	(131.197)	(155.541)
Debêntures - 16ª Emissão	CDI+1,60% ao ano	(369.907)	(29.370)	(41.058)	(52.784)	(64.510)	(76.235)
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	CDI+1,50% ao ano	(485.904)	(38.064)	(53.402)	(68.790)	(84.177)	(99.565)
Subtotal		(3.063.789)	(237.758)	(334.404)	(431.364)	(528.320)	(625.278)
Total da exposição líquida		(2.275.472)	(188.567)	(260.696)	(333.061)	(405.422)	(477.784)

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo financeiro setorial, líquido).

Risco de preço

Reajuste Tarifário de 2014

Em 3 de julho de 2014, a ANEEL autorizou um reajuste tarifário médio de 9,06%, a ser aplicado em sua tarifa a partir de 4 de julho de 2014 sobre a tarifa homologada em 4 de julho de 2013. O índice de 9,06%, somado a outros dados financeiros do último processo tarifário que são retirados no reajuste atual, resultou em um efeito médio de 18,66% a ser percebido pelos consumidores.

A ANEEL decidiu pela restituição de 50% das parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente no valor de R\$ 325.543 gerando um impacto de -3,30% no reajuste total. Com relação ao ativo possivelmente inexistente e de acordo com a informação divulgada pela Companhia em Fato Relevante de 1º de julho de 2014, a Companhia vem tomando todas as medidas legais cabíveis para reverter a decisão da ANEEL.

Esse reajuste é composto pelos seguintes itens:

Reajuste tarifário 2014			
Parcela A	Encargos setoriais	1,61%	
	Energia comprada	6,63%	
	Encargos de transmissão	2,21%	
	Parcela A	10,45%	
Parcela B		1,60%	
Reajuste econômico		12,04%	
CVA total		2,67%	
Outros itens financeiros da Parcela A		1,73%	
Ajuste financeiro da Revisão Tarifária de 2011		-4,08%	
Impacto ativo possivelmente inexistente		-3,30%	
Reajuste total		9,06%	
Efeito para o consumidor		18,66%	

Esta forma as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário de 2014, tiveram os seguintes impactos:

(i) Parcela A

A Parcela A foi reajustada em 14,08%, representando 10,45% no reajuste econômico com os seguintes componentes: Encargos Setoriais - Reajustados em 20,27%, principalmente devido ao aumento da quota da CDE, representando 1,61% no reajuste econômico; Energia Comprada - O aumento de 10,90% decorre principalmente do aumento do PLD que afeta o custo dos contratos de compra de energia por disponibilidade (fêrmicas), bem como pela maior participação deste tipo de contrato no portfólio da Companhia. O aumento da compra de energia representou 6,63% no reajuste econômico; e Encargos de Transmissão - O aumento de 40,66% decorre das novas tarifas de transmissão publicadas pela ANEEL, representando 2,21% no reajuste econômico.

(ii) Parcela B

O índice de reajuste da Parcela B foi de 6,18%, que representa uma participação de 1,60% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 7,21%, no período de 12 meses findos em 30 de junho de 2014, e
- Fator X de 1,03%, composto por:
 - X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 1,03%, previamente definido na 3RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo;
 - X-Q (qualidade do serviço) de 0,00%, decorrente da evolução da qualidade do serviço prestado em 2013; e
 - X-T (trajetória de custos operacionais) de 0,00%, previamente definido na 3RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo.

Reajuste Tarifário de 2014 - Atualização em cumprimento de liminar

Conforme descrito na nota explicativa nº 20.2.27, a ANEEL, em reunião pública da sua Diretoria, ocorrida em 5 de janeiro de 2015, definiu um novo índice de reajuste tarifário anual para a Companhia que exclui o componente financeiro de -3,30%, relativo à restituição de 50% das parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente no valor de R\$ 325.543.

O novo índice reflete liminar obtida pela Companhia suspendendo os efeitos da deliberação da ANEEL de 1º de julho de 2014 até que ocorra decisão final da ação judicial sobre a ilegalidade do recálculo retroativo das tarifas praticadas pela Companhia anteriormente à data da sua 3ª revisão tarifária periódica.

Com isso, a partir da data da publicação da Resolução Homologatória nº 1.844/15, 8 de janeiro de 2015, o novo índice de reajuste será impactado em +3.3 pontos percentuais, conforme segue:

Reajuste tarifário 2014		
Parcela A	Encargos setoriais	1,61%
	Energia comprada	6,63%
	Encargos de transmissão	2,21%
	Parcela A	10,45%
Parcela B		1,60%
Reajuste econômico		12,04%
CVA total		2,67%
Outros itens financeiros da Parcela A		1,73%
Ajuste financeiro da Revisão Tarifária de 2011		-4,08%
Reajuste total		12,36%

O montante já restituído até a data da publicação da referida resolução será considerado como um componente financeiro positivo para a Companhia no próximo evento tarifário a ocorrer em 4 de julho de 2015.

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(c.2) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos covenants (vide nota explicativa nº 16.7).

(c.3) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2014 consiste nos seguintes componentes: Contratos Bilaterais da Companhia com a AES Tietê e outros pequenos geradores; Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia com antecedência de 5 e 3 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação, além de não repasse dos custos integrais de compra de energia no Mercado de Curto Prazo repassados às tarifas. Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação, há instrumentos previstos na regulamentação tais como leilões de ajuste, MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits), opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004, e (iii) outras variações de mercado.

A estratégia para contratação de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

O nível de contratação da Companhia é definido a partir do resultado dos contratos de compra firmados e da energia requerida para o consumo dos clientes cativos. A Companhia encerrou o ano de 2014 com um nível de contratação de 98,8%, implicando em exposição ao mercado de curto prazo. A subcontratação de 2014 ocorreu devido ao cancelamento de contratos oriundos de leilões de energia nova (CCEAR's), à insuficiência de cotas decorrente da Lei nº 12.783/2013 e ao cancelamento dos Leilões A-0 de 2013 e A-0 de 2014. Sendo esta exposição contratual integralmente reconhecida pelo órgão regulador como involuntária, o que não gera prejuízo à Companhia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a necessidade de ajustes sobre as previsões. O aumento do despacho de usinas térmicas e dos preços do mercado de curto prazo decorrentes do cenário hidrológico desfavorável poderão impor à Companhia maiores custos com compra de energia, associados aos contratos por disponibilidade (CCEAR's), risco hidrológico associado às cotas de garantia física e compra de energia no mercado de curto prazo (exposição involuntária pela frustração do Leilão A-1 de 2013), os quais serão repassados nos eventos tarifários da distribuidora.

Em 2013 foram adotadas medidas compensatórias por meio do Decreto nº 7.945/2013, visando reduzir o impacto financeiro nas distribuidoras no referido ano ocasionadas pelo aumento dos custos de energia, através de repasses de recursos oriundos da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e Tesouro Nacional. Visto que o cenário hidrológico ainda é desfavorável, para mitigar impactos financeiros das distribuidoras em 2014, além da realização do Leilão A, com período de suprimento de maio de 2014 a dezembro de 2019, foi publicado o Decreto nº 8.221/2014 autorizando a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, a criar a CONTA-ACR - Ambiente de Contratação Regulado - por meio da qual foram repassados recursos às distribuidoras para cobertura total ou parcial de despesas adicionais decorrentes de exposição involuntária e despacho termoeletrônico associado aos contratos por disponibilidade durante o ano de 2014 (de fevereiro a dezembro). Em 2014, a CONTA-ACR recebeu recursos de empréstimos tomados pela CCEE junto a instituições financeiras. Os montantes recebidos pela Companhia até 31 de dezembro de 2014 por meio da CONTA-ACR totalizaram R\$ 1.185.748.

Caso o cenário hidrológico desfavorável seja mantido em 2015, é possível que haja uma estratégia de preservação dos níveis dos reservatórios das us

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro a seguir apresenta a quantidade, as médias ponderadas do preço de exercício e do prazo contratual remanescente e as movimentações das *Stock Options* durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Quantidade de Opções	Média ponderada do preço de exercício (US\$)	Média ponderada do prazo contratual remanescente	
Em circulação em 31 de dezembro de 2012	143.542	14,96		
Exercidas durante o exercício	(32.847)	5,84		
Canceladas e expiradas durante o exercício	(19.686)	19,22		
Outorgadas durante o exercício	11.087	11,17		
Em circulação em 31 de dezembro de 2013	102.096	16,67		4,7
Exercidas durante o exercício	(2.142)	8,97		
Canceladas e expiradas durante o exercício	(794)	8,97		
Outorgadas durante o exercício	8.098	14,63		
Em circulação em 31 de dezembro de 2014 (*)	107.258	16,72		4,2

(*) As ações em circulação referem-se às ações exercíveis do referido exercício

(b) *Restricted Stock Units*: o diretor recebe as ações da The AES Corporation, mas só adquire de fato as ações na proporção de 1/3 a cada ano que permanece na Companhia. Em nenhuma circunstância estas outorgas dão direito a seu detentor (ou obrigam a The AES Corporation) a liquidar as ações restritas em dinheiro ou em outros ativos da The AES Corporation.

Os valores justos destas ações em 31 de dezembro de 2014 e 2013 correspondem aos valores de fechamento das ações da The AES Corporation na data da outorga das ações.

O quadro a seguir apresenta a quantidade, as médias ponderadas do preço de exercício e do prazo contratual remanescente e as movimentações das *Restricted Stock Units* durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Quantidade	Média ponderada do preço de exercício (US\$)	Média ponderada do prazo contratual remanescente	
Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2012	72.030	13,64		
Ações que se tornaram elegíveis durante o exercício	(24.175)	13,10		
Canceladas e expiradas durante o exercício	(18.383)	12,35		
Outorgadas durante o exercício	43.686	11,29		
Transferidas	(1.996)	12,04		
Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2013	71.162	12,76		1,0
Ações que se tornaram elegíveis durante o exercício	(27.549)	12,63		
Canceladas e expiradas durante o exercício	(9.880)	14,62		
Outorgadas durante o exercício	33.261	14,66		
Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2014	66.994	13,49		1,2

37. Investimentos em meio ambiente

Investimentos em meio ambiente	2014	2013
Custos diretos	3.488	7.279
SGA - sistema de gestão ambiental e outros	1.703	1.494
Licenciamentos e compensações ambientais	4.473	1.760
Recuperação da qualidade do solo e águas subterrâneas	21.019	13.776
Prevenção à poluição (construção de bacias coletoras de óleo - ETD's)	17.868	4.056
Treinamentos operacionais (brigada - emergência química)	29	26
Comunicação (semana do meio ambiente, divulgação, impressos etc.)	17	19
Subtotal	48.597	28.410
Projetos de P&D (*)	-	20
Projetos de eficiência energética (*)	47.570	57.260
Total	96.167	85.690

(*) Em conformidade com a Lei nº 9.991/2000 e disposições posteriores correlatas, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de 0,5% de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e de Eficiência Energética, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Do total de gastos com meio ambiente efetuado pela Companhia em 2014, R\$ 78.299 (R\$ 81.634 em 2013) foram registrados no resultado do exercício e R\$ 17.868 (R\$ 4.056 em 2013) foram destinados a investimentos ao ativo imobilizado. A política de capitalização dos gastos é efetuada com base nas instruções gerais do MCSPEE - Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

A Companhia em busca da excelência ambiental manteve em 2014 seu escopo de certificação ambiental ISO 14001:04 para todas as suas atividades, reafirmando seu compromisso no atendimento à legislação ambiental, aos seus padrões ambientais e manutenção de seu Sistema de Gestão Ambiental. Para sua manutenção estão previstos vários projetos relacionados à prevenção à poluição, dentre eles está a construção de caixas de contenção e separadoras de água e óleo em subestações, com previsão de investimentos até 2019. Ainda foram realizadas e estão previstas melhorias da gestão da arborização urbana, fiscalização de contratados, gestão de resíduos, licenciamentos e compensações ambientais, gestão de passivos ambientais, manutenção de áreas verdes, treinamentos e comunicação.

38. Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR

Em consonância com a Resolução Normativa nº 605 da ANEEL publicada em 11 de março de 2014, a Companhia divulgará as suas Demonstrações Contábeis Regulatórias - "DCR", referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 até 30 de abril de 2015 no seguinte sítio <http://ri.aeseletropaulo.com.br/>

39. Compromissos

O principal insumo da Companhia é a energia elétrica, e a sua contratação ocorre, essencialmente, através de leilões públicos regulamentados pela ANEEL. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico instituiu a contratação de energia por meio de leilões em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica, a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter a capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía cinco tipos básicos de acordos de fornecimento: (i) quotas de compra de energia de Itaipu, que se estendem até 2027, (ii) quotas de suprimento de energia de projetos do PROINFA; (iii) Cotas de Garantia Física - CCGF; (iv) acordos bilaterais (curto e longo prazo) com geradores particulares, inclusive a coligada Tietê; e (v) compras através de Leilão (vide nota explicativa nº 28).

Adicionalmente, a Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL (vide nota explicativa nº 28).

A Companhia também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL (vide nota explicativa nº 27).

40. Eventos subsequentes

Bandeiras Tarifárias

A partir de janeiro de 2015, as contas de energia estão sendo faturadas de acordo com o Sistema de Bandeiras Tarifárias, segundo a Resolução Normativa nº 547/2013 da ANEEL. O sistema possui três classificações de bandeiras que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

- Bandeira verde: Condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: Condições de gerações menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 KWh consumidos.
- Bandeira vermelha: Condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 3,00 para cada 100 KWh consumidos.

O acionamento de cada bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica do país.

Segundo aditamento da 16ª Emissão de Debêntures

Em 16 de janeiro de 2015, foi celebrado o segundo aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 16ª Emissão de Debêntures da Companhia, por meio do qual foram alterados: (i) o prazo de vencimento das referidas debêntures, para 283 dias contados da data de emissão, vencendo-se tais debêntures, portanto, em 30 de abril de 2015 ("Data de Vencimento"); (ii) a remuneração das Debêntures, as quais passarão a fazer jus a uma remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "Over Extra-Grupo", com base em um ano de 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. - Mercados Organizados, acrescida de um spread ou sobre taxa equivalente a 1,60% ao ano desde a data de emissão até 17 de janeiro de 2015 ("Primeira Taxa"), e de 1,35% ao ano, com base em 252 dias úteis, a partir de 17 de janeiro de 2015 até a data do pagamento da remuneração ("Segunda Taxa"); e (iii) a periodicidade do pagamento da remuneração, passando a remuneração apurada com base na Primeira Taxa a ser paga em 17 de janeiro de 2015 e a remuneração apurada com base na Segunda Taxa a ser paga na Data de Vencimento.

17ª Emissão de Debêntures

Em 16 de janeiro de 2015, foi concluída oferta pública de distribuição da 17ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, tendo sido emitidas 19.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$ 10, sendo 10.000 debêntures da primeira série e 9.000 debêntures da segunda série, perfazendo o montante total de R\$ 190.000, com prazo de vencimento de 6 meses para as debêntures da primeira série e de 24 meses para as debêntures da segunda série, contados da data emissão, qual seja 15 de janeiro de 2015. As Debêntures fazem jus a uma remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "Over Extra-Grupo", com base em um ano de 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. - Mercados Organizados, acrescida de um spread ou sobre taxa equivalente a 1,35% ao ano para as debêntures da primeira série e de 1,90% ao ano para as debêntures da segunda série. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da emissão serão destinados para o reforço do seu capital de giro e refinanciamento de dívidas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vincent Winslow Mathis
Presidente do Conselho

Britaldo Pedrosa Soares

Francisco Jose Morandi Lopez

Manuel Francisco Pérez Dubuc

Eduardo de Vasconcellos Correia Anunciato

Flora Lucia Marin de Oliveira

Berned Raymond Da Santos Ávila

Arminio Francisco Borjas Herrera

Heloísa Regina Guimarães de Menezes

Sergio Silva do Amaral

Charles Rene Lebarbenchon

DIRETORIA

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente

Paulo Camillo Vargas Penna
Diretor Vice-Presidente

Francisco Jose Morandi Lopez
Diretor Vice-Presidente
e de Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor Vice-Presidente

Sidney Simonaggio
Diretor Vice-Presidente

Teresa Cristina Querino Vernaglia
Diretora Vice-Presidente

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho
Diretor Vice-Presidente

Marcelo Antonio de Jesus
Diretor de Controladoria e Planejamento Tributário

Mario Shinzato
Contador - CRC 1SP-151004/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, com base nas informações e esclarecimentos da auditoria externa e com base nos trabalhos, entrevistas, acompanhamentos realizados ao longo do exercício e considerando, ainda, o parecer da KPMG Auditores Independentes, opina que as demonstrações contábeis e correspondentes notas explicativas, o relatório anual da administração e a proposta da administração da Companhia para a destinação do resultado, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, em todos os seus aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciados pelos acionistas da Companhia, quando da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária prevista para ocorrer em 23 de abril de 2015.

Barueri, 25 de fevereiro de 2015

Sebastião Bergamini Junior

Kurt Janos Toth

Marcus Pereira Aucélio

Mário Daud Filho

Luis Eduardo Frisoni Junior

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

Barueri - São Paulo

Examinamos as demonstrações contábeis da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri - SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que (1) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes; e (2) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Barueri, 09 de fevereiro de 2015

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente

Sidney Simonaggio
Diretor Vice-Presidente

Francisco José Morandi Lopez
Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Teresa Cristina Querino Vernaglia
Diretora Vice-Presidente

Paulo Camillo Vargas Penna
Diretor Vice-Presidente

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor Vice-Presidente

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho
Diretor Vice-Presidente

Novidade nos Relatórios de Sustentabilidade das empresas do Grupo AES Brasil.

Confira o modelo de criação de valor de AES Eletropaulo, AES Tietê e AES Sul, inspirado nas diretrizes do Relato Integrado.

